

DEM E P



**FEIRA DE CONHECIMENTO  
EM SEGURANÇA PÚBLICA  
COM CIDADANIA**

27 a 30 de Agosto de 2009 - Brasília/DF

ATLAS



**FEIRA DE CONHECIMENTO  
EM SEGURANÇA PÚBLICA  
COM CIDADANIA**

27 a 30 de Agosto de 2009 - Brasília/DF

---

Centro de Convenções Ulysses Guimarães

## FICHA TÉCNICA

**Luis Inácio Lula da Silva**  
Presidente

**Tarso Genro**  
Ministro da Justiça

**Ricardo Balestreri**  
Secretário Nacional de Segurança Pública

**Airton Michels**  
Diretor do Departamento Penitenciário Nacional

**Regina Miki**  
Coordenadora Geral da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública

**Fernanda Alves dos Anjos**  
Gerente do Projeto BRA/08/015

**Cristina Gross Villanova**  
Diretora de Prevenção em Segurança Pública da SENASP/MJ

**Luciane Patrício**  
Coordenadora Executiva da Feira de Conhecimento em Segurança Pública com Cidadania

**Adriana Oliveira Mendes**  
**Beatriz Cruz da Silva**  
**Danielle Azevedo Souza**  
Equipe Técnica da Feira de Conhecimento em Segurança Pública com Cidadania

### EQUIPE PNUD

**Kim Bolduc**  
Representante Residente do PNUD e Coordenadora Residente da ONU no Brasil

**Maristela Marques Baioni**  
Representante Residente Assistente de Programas, PNUD Brasil

**Norma Peña**  
Centro Regional de Conhecimento PNUD, Colômbia

**Erica Massimo Machado**  
**Moema Freire**  
**Raissa Teixeira**  
**Cristina Marochi**  
Equipe Técnica, PNUD Brasil

## SUMÁRIO

Apresentação	06
Carta do PNUD	07
A Feira de Conhecimento em Segurança Pública com Cidadania	08
Comissão de Avaliação	10
Processo de Seleção	12
Programação	14
Experiências Selecionadas	18
Escolha Popular – Cédula de Votação	105

## APRESENTAÇÃO

A 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública – CONSEG representa um importante marco na democratização da segurança pública no Brasil. Sua realização busca definir princípios e diretrizes orientadores da Política Nacional de Segurança Pública, com participação da sociedade civil, trabalhadores e poder público como instrumento de gestão, visando efetivar a segurança como direito fundamental.

É neste contexto que o Ministério da Justiça apresenta aos participantes da 1ª CONSEG a Feira de Conhecimento em Segurança Pública com Cidadania. Trata-se de uma forma diferenciada de tratar e expor o que se tem produzido e desenvolvido na área da segurança pública no Brasil.

Através da exposição de programas e projetos inovadores na área, o principal objetivo desta Feira é permitir a troca de experiências e o estabelecimento de acordos de cooperação entre diferentes atores que hoje trabalham e investem neste campo de conhecimento. O paradigma trazido pela 1ª CONSEG entende que só é possível oferecer segurança de forma democrática quando ela é construída a partir da participação social e a Feira de Conhecimento representa uma excelente oportunidade de materializar o que se tem feito no campo da segurança pública e como tais ações tem contribuído para o desenvolvimento de políticas públicas mais democráticas.

Aqui não se parte do zero. Ao contrário, a Feira também permite o reconhecimento e a celebração de projetos que já possuem visibilidade nacional, assim como a divulgação de ações que ainda não são de conhecimento público. Seu diferencial reside na sua capacidade de produzir respostas criativas para problemas antigos, assim como sua habilidade de otimizar recursos, estabelecer parcerias e aproveitar a colaboração da sociedade para o seu melhor desenvolvimento.

Ao contrário das feiras tradicionais, o visitante não vai se deparar com a compra e venda de produtos. A expertise das experiências selecionadas é a protagonista neste espaço, onde a troca de conhecimento é o principal indicador de sucesso.

Desejamos um bom trabalho e excelentes negócios!

Tarso Genro  
Ministro da Justiça

Regina Miki  
Coordenadora Geral da 1ª CONSEG

## CARTA DO PNUD

Para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a violência e a criminalidade urbana são multi-causais, pois obedecem a múltiplos fatores, desde a violência incidental até o crime organizado ou violência instrumental. Portanto, a estratégia para promover a convivência e a segurança cidadã deve ser integral e deve incluir ações que se encontram entre um espectro que vá desde a prevenção até o controle.

Com a crescente demanda dos governos da América Latina e Caribe por assistência técnica e assessoria em políticas relacionadas à segurança cidadã, especialmente no âmbito local, o PNUD vem desenvolvendo iniciativas regionais baseadas nos esforços de reforma e consolidação dos sistemas de segurança em vários países da região. Essas iniciativas propõem uma abordagem integral, baseada no fortalecimento das capacidades institucionais de governabilidade local da segurança.

Assim, o PNUD vem formulando um conjunto de instrumentos e ferramentas que recuperam as melhores práticas sobre segurança cidadã na região. As ferramentas são concebidas como guias de apoio às autoridades governamentais nos níveis nacional, estadual e local no desenvolvimento de suas funções públicas.

Uma dessas ferramentas é a Feira de Conhecimento, um evento que objetiva não somente demonstrar experiências, mas proporcionar a interação entre atores. Frente a mecanismos tradicionais de divulgação como seminários, conferências e fóruns, as Feiras de Conhecimento tem demonstrado ser instrumentos inovadores, dinâmicos e efetivos, tanto para a promoção como para o intercâmbio, transferência e feedback de conhecimento entre pares. Elas rompem com hierarquias excludentes, formatos rígidos e noções tradicionais de interação onde um grupo de atores tem o conhecimento e outro grupo o necessita. A exposição de experiências promissoras é uma importante contribuição para o processo da 1.ª Conferência Nacional de Segurança Pública. Por meio das experiências selecionadas, os participantes da CONSEG e o público em geral poderão visualizar, na prática, alternativas de políticas para a promoção da segurança com cidadania no País.

Boa Feira a todos e aproveitem ao máximo essa oportunidade.

Kim Bolduc  
Representante residente  
do PNUD e Coordenadora  
residente da ONU  
no Brasil

## A FEIRA DE CONHECIMENTO EM SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA

A Feira de Conhecimento em Segurança Pública com Cidadania consiste num espaço de divulgação, documentação e celebração de programas, projetos e ações promissoras e/ou inovadoras na área da segurança pública. Sua realização nasce da necessidade de dar visibilidade a experiências nesse campo temático, além de proporcionar um espaço para que seus protagonistas troquem informações e estabeleçam protocolos ou intenções de cooperação entre as atividades que desenvolvem. A Feira facilita não apenas o mapeamento de experiências nacionais neste campo, mas que tais ações possam ser divulgadas e suas metodologias registradas, de modo a ampliar seu potencial de replicação e intercâmbio.

Neste sentido, possui uma metodologia diferenciada: ao contrário das feiras “tradicionais” realizadas nesta área, caracterizada pela exposição ou a venda de produtos majoritariamente tecnológicos (câmeras, softwares, armas – letais ou não letais, viaturas etc.), esta Feira busca expor projetos, programas e ações no campo da segurança pública a fim de que seus participantes (expositores e visitantes) possam trocar informações sobre os mesmos.

A Feira de Conhecimento em Segurança Pública com Cidadania é realizada pelo Ministério da Justiça em parceria com o PNUD, que forneceu a assessoria técnica necessária para esta atividade<sup>1</sup>. Trata-se da primeira Feira de Conhecimento desenvolvida no Brasil e sua realização inscreve-se no projeto de cooperação técnica entre o Governo Federal e o PNUD, através do Projeto BRA/08/015.

Segundo o conceito de Feiras de Conhecimento desenvolvido pelo PNUD, este espaço não se resume à exposição dos trabalhos por meio de um estande. Além desta estratégia, existem vários mecanismos de troca de conhecimento, tais como:

1. Painéis – São espaços de debate que permitem a interação entre os protagonistas da experiência, os participantes e os visitantes da Feira. O painel tem como objetivo expor um tema relevante que esteja sendo abordado pela Feira e em geral são convidados pesquisadores e especialistas que possuem acúmulo no tema;
2. Totens – Descrevem resumidamente a experiência exposta. Trata-se de um recurso que reúne as principais informações da atividade, podendo incluir fotos e dados. Por ser auto-portante, pode ser deslocado para diferentes locais;
3. Banner – Semelhante ao totem, trata-se também de um recurso (um pouco maior) que busca reunir as informações da experiência;
4. Oficinas – São atividades destinadas aos protagonistas das experiências celebradas. A oficina pode reunir uma atividade de capacitação, a troca de experiências ou qualquer outra modalidade de transferência de conhecimento que a coordenação da Feira avalie ser importante;
5. Rodas de Negócio – As rodas de negócio são espaços de cooperação, onde se definem e são assinadas as cartas de intenção de troca de conhecimento entre os protagonistas da experiência e os participantes e visitantes da Feira. As negociações entre os interessados são mediadas por facilitadores, qualificados para oferecerem o apoio técnico necessário;
6. Visitas Guiadas – São momentos de visita coletiva à Feira, conduzidas por um jornalista que faz o papel de animador/provocador do debate, de modo a permitir que informações mais qualificadas sobre as experiências sejam passadas para os participantes;
7. Escolha Popular – Os visitantes da Feira poderão escolher, por meio de votação, a experiência que mais lhes agradou.

<sup>1</sup> A cooperação técnica foi estabelecida com o escritório do PNUD Brasil e com o Centro Regional de Conhecimento PNUD, Colômbia .

# COMISSÃO DE AVALIAÇÃO

Para auxiliar na identificação das experiências selecionadas e da elaboração de critérios de seleção e indicadores de avaliação concernentes aos objetivos da Feira e da 1ª CONSEG, foi constituída em março de 2009<sup>2</sup> a Comissão de Avaliação da Feira de Conhecimento em Segurança Pública com Cidadania.

## Comissão de Avaliação da Feira

**Regina Miki**

Coordenadora Geral da 1ª CONSEG

**Fernanda Alves dos Anjos**

Secretária Executiva da 1ª CONSEG

**Mariana Siqueira de Carvalho Oliveira**

Secretária Executiva Adjunta da 1ª CONSEG

**Cristina Gross Villanova**

Diretora Geral de Prevenção da SENASP/MJ

**Ana Cristina de Alencar Bezerra Oliveira**

Psicóloga, Especialista em Segurança Pública e Coordenadora-Geral de Reintegração Social e Ensino do DEPEN/MJ

**Melissa Alves de Alencar Pongeluppi**

Coordenadora Geral de Ensino da SENASP

**Marcelo Ottoni Durante**

Coordenador de Pesquisa e Análise da Informação

**Edson Costa Araújo**

Assessor Especial da SENASP

**Luciane Patrício Braga de Moraes**

Assessora Especial da 1ª CONSEG e Coordenadora Executiva da Feira de Conhecimento em Segurança Pública com Cidadania

**Beatriz Cruz da Silva**

Consultora MJ/PNUD e Coordenadora de Capacitação da 1ª CONSEG

**Cristiano Curado Guedes**

Coordenador do Programa de Policiamento Comunitário da SENASP

**Haydée Glória Cruz Caruso**

Assessora da Coordenação Geral de Ensino da SENASP

**Paula Miraglia**

Antropóloga, Diretora Executiva do Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente (ILANUD)

**Renato Sérgio de Lima**

Sociólogo, Coordenador Executivo do Fórum Brasileiro de Segurança Pública

**Carolina Ricardo**

Cientista Social, Advogada e Pesquisadora na área da Segurança Pública e Coordenadora de Projetos em Gestão Pública Municipal

**Márcia Cristina Alves**

Administradora Pública, Especialista em Estudos da Criminalidade e Segurança, Empreendedora Pública do Governo do Estado de Minas Gerais

**Elizabeth Ribeiro Albernaz**

Antropóloga e Pesquisadora na área da Segurança Pública.

**Carlos Roberto Sant'ana da Rosa**

Delegado de Polícia Civil e Secretário Municipal de Segurança de São Leopoldo

**Erica Massimo Machado** – Oficial de Programas, PNUD Brasil

<sup>2</sup> Portaria da SENASP N. 4, de 26 de março de 2009, publicada em DOU N. 59, de 27 de março de 2009, Seção 2, página 36.

# PROCESSO DE SELEÇÃO

A seleção das experiências foi realizada pela Equipe Técnica da Feira de Conhecimento em Segurança Pública com Cidadania em conjunto com a Comissão de Avaliação da Feira.

A seleção ocorreu em três fases distintas e consecutivas, assim desenvolvidas:

## FASE I – VALIDAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS

A fase de validação das experiências objetivou tão somente verificar a adequação das inscrições aos requisitos do Edital de Chamada Pública. Para que fossem validadas, era necessário que as experiências inscritas estivessem de acordo com os seguintes pré-requisitos:

- a. Estar caracterizada como uma experiência, ou seja, como uma intervenção, finalizada ou em andamento, na área da segurança pública, podendo ser um programa, projeto ou ação;
- b. Ter no mínimo um ano de implementação efetiva comprovada;
- c. Ter público alvo, objetivos e metas claramente definidos;
- d. Possuir uma área de atuação territorialmente localizada;
- e. Ser desenvolvida por uma instituição governamental ou não governamental;
- f. Responder a um problema específico;
- g. Estar de acordo com um ou mais eixos temáticos da 1ª CONSEG;
- h. Ter todos os campos da ficha de inscrição preenchidos.

## FASE II – PRIMEIRA AVALIAÇÃO

PASSO 1: ANÁLISE DAS EXPERIÊNCIAS PELOS MEMBROS DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO

Esta fase foi eliminatória e classificatória. Cada experiência inscrita foi avaliada por dois membros da Comissão de Avaliação segundo os critérios de avaliação abaixo relacionados:

1. Inovação
2. Criatividade
3. Possibilidade de Replicação
4. Sustentabilidade (financeira, política, social)
5. Grau de Institucionalidade
6. Existência de Parcerias e Mecanismos de Participação Social
7. Impacto
8. Existência de Instrumentos de Monitoramento e Avaliação
9. Respeito à Diversidade
10. Multidisciplinariedade

PASSO 2: RANQUEAMENTO DAS EXPERIÊNCIAS E SELEÇÃO PARA A SEGUNDA AVALIAÇÃO

Após esta avaliação, foram descartadas as experiências que atingiram menos de 50% dos pontos totais atribuídos.

Para as experiências aprovadas para a próxima fase de avaliação, foram solicitadas informações complementares, tais como fotos, relatórios, vídeos, estatísticas ou outras informações que corroborem sua relevância e seu impacto, de forma a balizar o julgamento da Comissão de Avaliação.

## FASE III – SEGUNDA AVALIAÇÃO

A partir das informações complementares recebidas, os membros da Comissão de Avaliação julgaram e definiram as 41 experiências selecionadas para a Feira de Conhecimento em Segurança Pública com Cidadania.

# PROGRAMAÇÃO

DATA	ATIVIDADES/LOCAL
27/08 (Quinta-Feira)	09h – Chegada dos Expositores
	11h às 13h – Credenciamento e Decoração dos Estantes (Expositores)
	11h às 13h – Capacitação com Facilitadores das Rodas de Negócio Local: Auditório Alvorada
	14 às 16h – Capacitação com Expositores (82 participantes) Local: Auditório Alvorada
	17h – Abertura da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública Local: Auditório Master
	19h30 – Abertura da Feira de Conhecimento em Segurança Pública com Cidadania Local: Na própria Feira (Ala Sul)
	- Apresentação da Experiência Internacional em Segurança Pública - Teatro do Chile - Coquetel de Boas Vindas e Visita Guiada pelas instalações da Feira. Atividade Cultural
28/08 (Sexta-Feira)	10h – Abertura das Instalações da Feira e da Ala Sul para Visitação (Funcionamento das 10h às 18h)
	12h às 12h30 – Visita Guiada
	Teatro de Fantoques da Guarda Municipal (Prefeitura Municipal de Curitiba - PR) Projeto Mediar (Polícia Civil de Minas Gerais - MG) Pólos da Paz e Praças da Paz - SulAmérica (Instituto Sou da Paz - SP) Projeto Maria Marias (Secretaria da Justiça do Espírito Santo - ES) Projeto Anticrime: a busca pela libertação dentro de nós mesmos (UnB - DF) Papo de Resposta (Polícia Civil do Rio de Janeiro e Grupo Cultural AfroReggae - RJ) Rede Cidadã (Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Mato Grosso - MT)
	13h30h às 14h – Visita Guiada
	Núcleo de Apoio Multidisciplinar da Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher (Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher de Marília - SP) Escola Participativa: Construindo Segurança (Instituto de Defesa dos Direitos Humanos - PR)

28/08 (Sexta-Feira)	Programa Luta Pela Paz (Associação Luta Pela Paz - RJ) Programa Jovem de Expressão (Grupo Cultural Azulim e Caixa Seguros - DF) Projeto Segurança Pública: Compromisso de Todos (Prefeitura Municipal de Balneário Pinhal -RS) Programa Cidadania e Paz nas Escolas (Secretarias de Educação e de Segurança Pública de Sergipe - SE) Projeto Justiça para o Século 21 - Instituído Práticas Restaurativas (Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul - RS)
	14h às 18h – Oficina de Gestão de Conhecimento para Expositores da Feira Local: Auditório Buriti
	Turma I: 14h às 16h Turma II: 16h às 18h
	18h30 às 20h – Paine: A Contribuição das Agências das Nações Unidas e das Agências de Cooperação Internacional na Área da Segurança Pública.  Local: Auditório Alvorada
	UNESCO UNIFEM UN HABITAT OEA – Organização dos Estados Americanos OEI – Organização dos Estados Ibero-Americanos JICA – Agência Japonesa de Cooperação Internacional do Japão Moderador: PNUD
	20h – Atividade Cultural – Desfile de Alta Costura do Projeto Costurando a Liberdade
29/08 (Sábado)	10h – Abertura das Instalações da Feira e da Ala Sul para Visitação (Funcionamento das 10h às 21h)
	11h às 12h – Papo na Feira (Apresentação do Projeto Papo de Resposta, parceria entre a Polícia Civil do Rio de Janeiro e o Grupo Cultural AfroReggae)
	12h às 12h30 – Visita Guiada
	Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário Portador de Sofrimento Mental / PAI-PJ (Tribunal de Justiça de Minas Gerais - MG) Plano Municipal Integrado de Segurança Pública de São Carlos (Prefeitura Municipal de São Carlos - SP)

29/08  
(Sábado)

Gerindo Minha Felicidade (Guarda Municipal de Fortaleza - CE)  
 Programa Pétala – Rede Regional de Atenção Integral à Pessoa em Situação de Violência Sexual (Delegacia Seccional de Polícia Civil de Assis - SSP/SP)  
 Programa Comunidade Segura (Prefeitura Municipal de São Leopoldo - RS)  
 Segurança Cidadã Guamá – Terra Firme/Belém (Secretaria de Estado de Segurança Pública do Pará - PA)  
 Ação na Linha (Fundação Telefônica e Telefônica S/A e Instituto Sou da Paz - SP)

13h30 às 14h – Visita Guiada

Justiça Cidadã (GAJOP - Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares - PE)  
 Produção e Análise de Informações sobre Roubo de Carga (Coordenadoria de Análise e Planejamento da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo – CAP/SSP - SP)  
 Conhecer para Prevenir (Prefeitura Municipal de Curitiba – PR)  
 Plano Municipal de Prevenção à Violência de Barra Mansa (Viva Rio e Prefeitura Municipal de Barra Mansa - RJ)  
 Sistemas Móveis (Departamento de Polícia Rodoviária Federal - DF)  
 Programa de Pagamento do Preso Trabalhador (Secretaria de Estado da Justiça do Espírito Santo - ES)  
 Integração das Corregedorias do Sistema de Defesa Social de Minas Gerais (Secretaria de Defesa Social de Minas Gerais - MG)

14h às 16h – Rodas de Negócio

18h às 20h30 – Rodas de Negócio

18h às 18h30 – Visita Guiada

Patrulha Cidadã – Ação de Enfrentamento à Exploração Sexual Infanto-Juvenil e Tráfico Humano (19ª Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal - PA)  
 Comissões Internas de Prevenção de Acidentes e Violência Escolar / CIPAVE (Prefeitura Municipal de Caxias do Sul – RS)  
 Grêmio em Forma – Metodologia de formação de grêmios estudantis (Instituto Sou da Paz – SP)  
 Rede de Promoção de Ambientes Seguros (REPAS) - O Batalhão Participativo (10º Batalhão de Polícia Militar, Secretaria Municipal do Trabalho, Assistência e Cidadania e Ação Social da PMG, Empresa Guarapari Virtual e Amocentro – ES)  
 Curso de Aprimoramento da Prática Policial Cidadã (Viva Rio e Viva Comunidade – RJ)  
 Costurando a Liberdade (Programa do Voluntariado do Paraná / PROVOPAR)  
 Jovens no Exercício do Programa de Orientação Municipal / JEPOM (Instituto

Amigos da Guarda Municipal – IAGM – SP)

19h às 19h30 – Visita Guiada

29/08  
(Sábado)

Multiplicadores de Cidadania para a Paz (MC's para a Paz) (Superintendência de Serviços Penitenciários - SUSEPE - RS)  
 Política de Prevenção Social à Criminalidade: Programas Fica Vivo, Mediação de Conflitos, Central de Penas e Medidas Alternativas e Reintegração Social de Egressos do Sistema Prisional (Secretaria de Defesa Social de Minas Gerais - MG)  
 Sistema Integrado de Gestão de Prevenção Contra Incêndios / SIGPI (5º Comando Regional de Bombeiros de Caxias do Sul - RS)  
 Adequação e reformulação do currículo do Curso de Formação de Oficiais Policiais Militares (CFOPM) (Polícia Militar do Estado da Bahia - Academia da Polícia Militar da Bahia - BA)  
 Rede Brasileira de Policiais e Sociedade Civil (Viva Rio - RJ)  
 Programa de Acompanhamento e Apoio ao Policial Militar / PAAPM (Polícia Militar do Estado de São Paulo - SP)

10h – Abertura das Instalações da Feira e da Ala Sul para Visitação (Funcionamento das 10h às 14:30h)

30/08  
(Domingo)

10h às 13h – Rodas de Negócio

14h às 14h30 – Encerramento da Feira  
 Local: Palco da Feira

- Anúncio do Resultado da Escolha Popular.

## EXPERIÊNCIAS SELECIONADAS

As experiências selecionadas para a Feira de Conhecimento em Segurança Pública com Cidadania atenderam a todos os eixos temáticos da 1ª CONSEG e encontram-se listadas abaixo:

Nome da Experiência	Nome da Instituição	Eixo Temático
Ação na Linha	Instituto Sou da Paz Fundação Telefônica	V - Prevenção social do crime e das violências e construção de paz
Adequação e Reformulação do Currículo do Curso de Formação de Oficiais Policiais Militares (CFOPM)	Academia de Polícia Militar da Bahia	III - Valorização profissional e otimização das condições de trabalho
Anticrime: A Busca Pela Libertação dentro de Nós Mesmos	Universidade de Brasília (UnB)	V - Prevenção social do crime e das violências e construção de paz
Comissões Internas de Prevenção de Acidentes e Violência Escolar – (CIPAVE)	Prefeitura Municipal de Caxias do Sul	V - Prevenção social do crime e das violências e construção de paz VII - Diretrizes para o sistema de prevenção, atendimentos emergenciais e acidentes
Conhecer para Prevenir	Prefeitura Municipal de Curitiba	VII - Diretrizes para o sistema de prevenção, atendimentos emergenciais e acidentes
Costurando a Liberdade	Programa do Voluntariado do Paraná (PROVOPAR)	VI - Diretrizes para o Sistema Penitenciário
Curso de Aprimoramento da Prática Policial Cidadã (CAPPCC)	Viva Rio e Viva Comunidade	III - Valorização profissional e otimização das condições de trabalho
Escola Participativa: Construindo Segurança	Instituto de Defesa dos Direitos Humanos - IDDEHA	V - Prevenção social do crime e das violências e construção de paz
Gerindo Minha Felicidade	Guarda Municipal de Fortaleza	III - Valorização profissional e otimização das condições de trabalho
Grêmios em Forma – Metodologia de formação de Grêmios Estudantis	Instituto Sou da Paz	V - Prevenção social do crime e das violências e construção de paz
Integração das Corregedorias do Sistema de Defesa Social de Minas Gerais	Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais (SEDS)	I - Gestão democrática, controle social e externo, integração e federalismo II - Financiamento e gestão da política pública de segurança

JEPOM – Jovens no Exercício do Programa de Orientação Municipal	Instituto Amigos da Guarda Municipal – IAGM e Prefeitura Municipal de São Vicente (SP)	V - Prevenção social do crime e das violências e construção de paz
Justiça Cidadã	Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (GAJOP)	V - Prevenção social do crime e das violências e construção de paz
Justiça para o Século 21 - Instituído Práticas Restaurativas	Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul	V - Prevenção social do crime e das violências e construção de paz
Luta Pela Paz	Associação Luta pela Paz	V - Prevenção social do crime e das violências e construção de paz
Maria Marias	Secretaria de Estado da Justiça do Espírito Santo – SEJUS	V - Prevenção social do crime e das violências e construção de paz
Mediar	Polícia Civil de Minas Gerais e Secretaria de Defesa Social de Minas Gerais	V - Prevenção social do crime e das violências e construção de paz
Multiplicadores de Cidadania para a Paz	Superintendência de Serviços Penitenciários (SUSEPE) da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Rio Grande do Sul	VI - Diretrizes para o Sistema Penitenciário
Núcleo de Apoio Multidisciplinar da Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher	Polícia Civil do Estado de São Paulo – Seccional de Marília	IV - Repressão qualificada da criminalidade V - Prevenção social do crime e das violências e construção de paz
Papo de Resposta	Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro e AfroReggae	V - Prevenção social do crime e das violências e construção de paz
Patrulha Cidadã – Ação de Enfrentamento à Exploração Sexual Infanto-Juvenil e Tráfico Humano	Polícia Rodoviária Federal – 19ª Superintendência Regional/Pará	IV - Repressão qualificada da criminalidade V - Prevenção social do crime e das violências e construção de paz
Plano Municipal de Prevenção à Violência de Barra Mansa	Prefeitura Municipal de Barra Mansa e Viva Rio	II - Financiamento e gestão da política pública de segurança
Plano Municipal Integrado de Segurança Pública de São Carlos	Prefeitura Municipal de São Carlos	I - Gestão democrática, controle social e externo, integração e federalismo II - Financiamento e gestão da política pública de segurança
Política de Prevenção Social à Criminalidade - Programas Fica Vivo, Mediação de Conflitos, Central de Penas e Medidas Alternativas e Reintegração Social de Egressos do Sistema Prisional	Superintendência de Prevenção à Criminalidade da Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais	I - Gestão democrática, controle social e externo, integração e federalismo V - Prevenção social do crime e das violências e construção de paz

Pólos da Paz (1ª ed.) e Praças da Paz - SulAmérica (2ª ed.)	Instituto Sou da Paz	V - Prevenção social do crime e das violências e construção de paz
Produção e Análise de Informações sobre Roubo de Carga	Coordenadoria de Análise e Planejamento da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo	II - Financiamento e gestão da política pública de segurança
Programa Cidadania e Paz nas Escolas	Secretaria de Estado da Segurança Pública de Sergipe	V - Prevenção social do crime e das violências e construção de paz
Programa Comunidade Segura – São Leopoldo	Prefeitura Municipal de São Leopoldo	II - Financiamento e gestão da política pública de segurança
Programa de Acompanhamento e Apoio ao Policial Militar (PAAPM)	Polícia Militar do Estado de São Paulo	III - Valorização profissional e otimização das condições de trabalho
Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário Portador de Sofrimento Mental do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (PAI-PJ)	Tribunal de Justiça de Minas Gerais	VI - Diretrizes para o Sistema Penitenciário
Programa de Pagamento do Preso Trabalhador	Secretaria de Estado da Justiça do Espírito Santo – SEJUS	VI - Diretrizes para o Sistema Penitenciário
Programa Jovem de Expressão	Grupo Cultural Azulim e Grupo CAIXA SEGUROS	V - Prevenção social do crime e das violências e construção de paz
Programa Pétala – Rede Regional de Atenção Integral à Pessoa em Situação de Violência Sexual	Delegacia Seccional de Polícia Civil de Assis, Hospital Regional de Assis (SP) e Secretarias de Saúde e Segurança Pública de São Paulo	IV - Repressão qualificada da criminalidade
Programa Rede Cidadã – Integração, Inclusão e Cidadania	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Mato Grosso – MT	V - Prevenção social do crime e das violências e construção de paz
Rede Brasileira de Policiais e Sociedade Civil	Viva Rio	I - Gestão democrática, controle social e externo, integração e federalismo III - Valorização profissional e otimização das condições de trabalho V - Prevenção social do crime e das violências e construção de paz

Rede de promoção de Ambientes Seguros (REPAS) - O Batalhão Participativo	10º Batalhão de Polícia Militar do Espírito Santo e Prefeitura Municipal de Guarapari	I - Gestão democrática, controle social e externo, integração e federalismo II - Financiamento e gestão da política pública de segurança V - Prevenção social do crime e das violências e construção da paz
Segurança Cidadã Guamá – Terra Firme (Belém-Pará)	Secretaria de Estado de Segurança Pública do Pará	V - Prevenção social do crime e das violências e construção de paz
Segurança Pública: Compromisso de Todos	Prefeitura Municipal de Balneário Pinhal (RS)	II - Financiamento e gestão da política pública de segurança V - Prevenção social do crime e das violências e construção de paz
Sistema Integrado de Gestão de Prevenção Contra Incêndios (SIGPI)	5º Comando Regional de Bombeiros do Rio Grande do Sul	VII - Diretrizes para o sistema de prevenção, atendimentos emergenciais e acidentes
Sistemas Móveis	Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF)	II - Financiamento e gestão da política pública de segurança IV - Repressão qualificada da criminalidade
Teatro de Fantoches da Guarda Municipal	Guarda Municipal de Curitiba	V - Prevenção social do crime e das violências e construção de paz

## AÇÃO NA LINHA

**Instituto  
Sou da Paz  
e Fundação  
Telefônica**



O Projeto Ação na Linha nasceu da necessidade de se criar uma alternativa ao enfrentamento do furto de fios de cobre. Segundo dados da Fundação Telefônica, em 2007 foram furtados 4.694.859 metros de fio, com prejuízo estimado em R\$ 96.589.026,30.

O furto de fios acarreta impactos para toda a sociedade: escolas, hospitais, delegacias, entre outros locais, ficam horas sem telefone e sem energia elétrica. Os locais onde ocorrem os furtos são em geral ermos e degradados, o que aumenta a sensação de insegurança e limita o direito à convivência e a ocupação do espaço público por parte da população. Diante do problema e da percepção de que as estratégias adotadas para tentar coibir o problema não eram eficazes, a empresa resolveu investir numa abordagem diferenciada para lidar com a questão.

A cidade de Itaquaquecetuba, na região metropolitana de São Paulo, foi o local escolhido para iniciar o projeto-piloto. Em 2007, o município ocupava o 3º lugar no ranking do Estado em registros de furtos de fios de cobre. Assim, de julho de 2007 a fevereiro de 2008 foi realizado pelo Instituto Sou da Paz o Diagnóstico da Violência e Criminalidade do município, que teve como foco também mapear o problema de furto de cabos. Com base nas informações coletadas no diagnóstico, foi elaborado um conjunto de ações, divididas em três eixos, voltadas para minimizar os fatores de risco, com potencial de impacto positivo e significativo na redução dos furtos de cabos em Itaquaquecetuba:

Eixo 1 – Propostas voltadas para os ferros-velhos, principal receptor do material furtado;

Eixo 2 – Propostas voltadas ao aprimoramento das ações de controle do furto de cobre e das ações de fiscalização sobre o comércio irregular de cobre, buscando a integração sistêmica entre os diversos atores envolvidos: polícias civil e militar, guarda municipal, área de segurança da Empresa Telefônica e Bandeirante Energia, Secretarias Municipais da Receita, Educação e Promoção Social, entre outros;

Eixo 3 – Propostas de ações sociais desenvolvidas nos territórios mais atingidos pelo furto de cabos, voltadas ao desenvolvimento local e social da região.

Além da queda no furto de cabos propriamente dita, os resultados concentraram-se em: regularização e cadastro de depósitos de materiais ferrosos, de carreiros e dos possíveis compradores; realização de oficinas profissionalizantes para a geração alternativa de renda deste público e o fortalecimento de uma rede de fiscalização deste tipo de prática.

**Instituto Sou da Paz**  
Rua Luis Murat, 260 – São Paulo/SP  
CEP 05436-050  
Tel.: (11) 3812-1333  
Email: [soudapaz@soudapaz.org](mailto:soudapaz@soudapaz.org)  
[www.soudapaz.org](http://www.soudapaz.org)

**Fundação Telefônica e Telefônica S/A**  
Av. Brigadeiro Faria Lima, 1188 – conj. 33  
e 34 – São Paulo – SP  
CEP 01451-001  
Tel.: (11) 3035-1955  
[www.fundacaotelefonica.org.br](http://www.fundacaotelefonica.org.br)

# ADEQUAÇÃO E REFORMULAÇÃO DO CURRÍCULO DO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS POLICIAIS MILITARES (CFOPM)

## Academia de Polícia Militar da Bahia



Academia de Polícia Militar da Bahia  
Av. Dendezeiros, s/nº, Vila Policial Militar do Bonfim, Salvador – BA  
Tel.: (71) 3116-6216  
E-mail: apm@pm.ba.gov.br  
www.pm.ba.gov.br

A proposta de reformulação do currículo de 1997-2005 da Academia de Polícia Militar da Bahia (APM/BA) surgiu da necessidade de implantação do ‘Batalhão Acadêmico – prática vivencial em segurança pública’, diante da preocupação com a formação do Bacharel em Segurança Pública e Defesa Social ser mais adequada ao contexto social atual, alinhada à filosofia de Polícia Comunitária.

A Comissão, nomeada pelo Comando da Polícia Militar da Bahia, contou com a consultoria da Universidade Federal da Bahia (UFBA) na elaboração das Normas e Procedimentos para Operacionalização do Currículo do 1º Curso de Formação de Oficiais Policiais Militares, com a finalidade de regular e orientar as atividades de planejamento e o desenvolvimento desse processo educacional. Em aplicação desde maio de 2008, esse currículo está em consonância com as propostas da Matriz Curricular Nacional por competências e o processo de ensino-aprendizagem baseado na resolução de problemas e conflitos.

Dentre as mudanças do novo currículo, destaca-se o balanceamento da carga horária; a adequação das disciplinas; a metodologia que passou a contemplar uma abordagem interdisciplinar com temas transversais; a avaliação que se tornou processual (quantitativa e qualitativa), por competência e contextualizada; e a utilização da gestão acadêmica participativa, informatizada e articulada, como suporte da operacionalização curricular. De acordo com as pesquisas de satisfação e monitoramento, realizadas através da avaliação institucional feitas com a aplicação do software de gestão tecnológica e acadêmica, verificou-se uma grande evolução na praxis pedagógica.

Nos resultados alcançados, observou-se o compromisso e a participação da equipe operativa; a adesão e o entusiasmo do 1º CFOPM nas atividades de ensino, pesquisa e extensão; e a participação efetiva dos alunos nos curso de Educação à Distância (EAD).

# ANTICRIME: A BUSCA PELA LIBERTAÇÃO DENTRO DE NÓS MESMOS

**Universidade de  
Brasília (UnB)**



O 'Anticrime' é um projeto de extensão da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, voltado ao atendimento e acompanhamento psicológico e pedagógico de crianças e adolescentes em situação de rua, vítimas de violência, abuso e exploração. A iniciativa, criada em 2005 e com sede na cidade de Santa Maria (DF), reúne a comunidade acadêmica e ex-moradores de rua para o desenvolvimento de pesquisas, debates e oficinas artísticas que auxiliem no processo de reinserção social de meninos e meninas em condição de risco.

O Projeto 'Anticrime' possui uma equipe multidisciplinar, formada por estudantes, profissionais e professores das áreas de Designer Gráfico, Música, Educação Artística, Desenho Industrial, Comunicação Social, Ciências Sociais, Psicologia e Direito. Realizada em Brasília e nas cidades satélites do Distrito Federal, a experiência visa reduzir as causas e consequências da violência urbana, promover atividades sócio-educativas e resgatar a identidade de jovens em situação de vulnerabilidade social, seus códigos de conduta e suas perspectivas para o futuro.

Além de produzir dados estatísticos sobre a população em situação de rua e encaminhar os jovens para escolas, abrigos ou serviços de assistência social, o projeto promove ações de prevenção contra a violência doméstica e faz acompanhamento familiar. Dentre as oficinas oferecidas no âmbito da proposta estão a de inclusão digital, design, fotografia, vídeo/animação, arte grafite e rádio comunitária.

Os trabalhos artísticos desenvolvidos pelo 'Anticrime' têm sido expostos em galerias e recebido reconhecimento do público. Para se ter uma idéia. Em 2007 o projeto foi selecionado pela mais importante escola de design do mundo, a Royal College of Art de Londres, para participar do Include 2007: International Conference on Inclusive Design.

Decanato de Extensão da  
Universidade de Brasília  
Quadra 419, Lote 1, Santa Maria – DF  
Tel.: (61) 3272-0194, 3307-  
2612/1925/2461  
Email: celiameh@gmail.com  
www.unb.br

## COMISSÕES INTERNAS DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES E VIOLÊNCIA ESCOLAR (CIPAVE)

**Prefeitura Municipal de Caxias do Sul**



Prefeitura Municipal  
de Caxias do Sul  
Rua Alfredo Chaves, 1333, Bairro  
Exposição – Caxias do Sul – RS  
CEP 95020 - 460  
Tel.: (54) 39012319  
E-mail: [rlouzada@caxias.rs.gov.br](mailto:rlouzada@caxias.rs.gov.br)  
[www.caxias.rs.gov.br](http://www.caxias.rs.gov.br)

Reconhecendo o papel fundamental da escola na construção da cidadania de crianças e adolescentes, a Prefeitura Municipal de Caxias do Sul/RS promove, desde março de 2007, ações educativas e preventivas em 88 escolas da rede municipal de ensino, visando reverter o quadro de violência ao qual esse público está sendo submetido. Através do Programa Comissões Internas de Prevenção de Acidentes e Violência Escolar (CIPAVE), as Secretarias Municipais de Educação e de Segurança Pública e Proteção Social se uniram para conscientizar a comunidade escolar acerca de seus direitos e deveres, construindo noções de cidadania e cultura de paz.

O programa conta com a colaboração do Corpo de Bombeiros, Polícia Militar, Guarda Municipal e de Setor Fiscalização de Trânsito, que coordenam, respectivamente, os eixos de prevenção de incêndios e primeiros socorros; segurança e violência escolar; conservação do patrimônio público e prevenção de acidentes de trânsito. Além da distribuição de folders e outros materiais informativos, com dicas de prevenção de acidentes e da criminalidade, a experiência aposta na realização de palestras e atividades lúdicas e artísticas dentro e fora das salas de aula.

O CIPAVE atende 7.566 alunos do ensino fundamental, 565 professores e 2.210 pessoas da comunidade, incluindo pais e familiares. O papel chave deste programa é diagnosticar situações de risco e desenvolver o trabalho de prevenção de violência no lar, na escola e no trânsito. Esta experiência de Caxias do Sul mostra como a estreita relação entre escola, poder público e comunidade pode auxiliar na solução de problemas relacionados à segurança.

## CONHECER PARA PREVENIR

**Prefeitura  
Municipal de  
Curitiba**



O Projeto Conhecer para Prevenir foi criado em março de 2005, em Curitiba, através de uma parceria entre as Secretarias Municipais da Defesa Social e de Educação, com o objetivo de orientar a comunidade escolar quanto às medidas a serem adotadas diante de acidentes e desastres, além de minimizar danos e prejuízos ao patrimônio e ao meio ambiente.

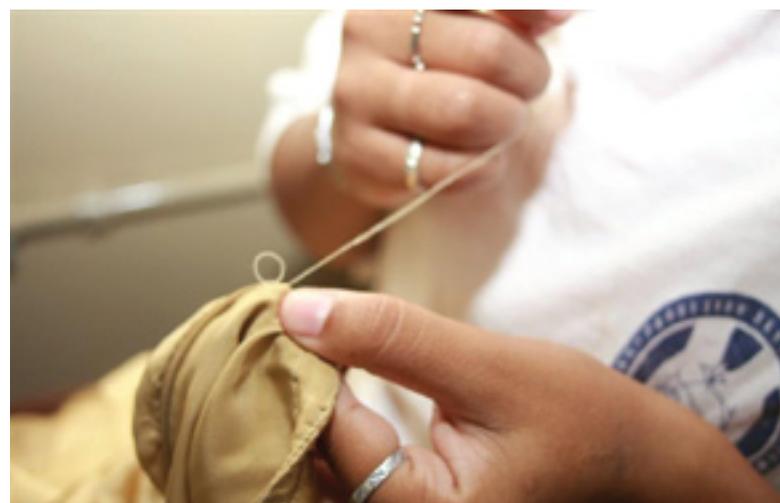
As bases conceituais do projeto foram inseridas no currículo escolar de 53 unidades de ensino fundamental, onde são distribuídas cartilhas educativas e realizadas palestras preventivas. A iniciativa já beneficiou 83.789 pessoas, das quais 25% foram crianças, que se tornaram multiplicadoras do conhecimento no ambiente familiar. O restante do público é formado por professores, diretores, pais de alunos e guardas municipais, que recebem cursos de capacitação e treinamento nas áreas de Combate a Incêndios, Primeiros-Socorros e Emergências.

Em 2007, o Conhecer para Prevenir foi homenageado pela Câmara Municipal de Curitiba em razão do sucesso alcançado pelo projeto na realização desse trabalho. Pesquisas realizadas nas escolas, antes e após a implantação do projeto, revelam que a experiência já resultou em uma mudança de postura dos funcionários e alunos das instituições de ensino, que passaram a ter atitudes preventivas e a observar melhor os riscos aos quais estão sujeitos.

**Prefeitura Municipal de Curitiba**  
Palácio 29 de Março, Av. Cândido de  
Abreu, 817, Centro Cívico – Curitiba  
– PR  
CEP: 80530-908  
Tel.: (41) 3350-3690  
E-mail:  
defesacivil@smds.curitiba.pr.gov.br  
www.curitiba.pr.gov.br

## COSTURANDO A LIBERDADE

### Programa do Voluntariado do Paraná (PROVOPAR)



PROVOPAR – Programa do Voluntariado do Paraná  
Rua Dr. Muricy, 950 – Centro,  
Curitiba /PR  
Tel.: (41) 32341118  
E-mail: provopar@pr.gov.br  
www.provoparparana.com.br

O Projeto Costurando a Liberdade é desenvolvido desde 2008 por iniciativa da organização não-governamental PROVOPAR com o objetivo de capacitar mulheres que cumprem pena privativa de liberdade na Penitenciária Feminina do Paraná, em Piraquara.

Essas mulheres são capacitadas em técnicas de alta costura, moda e conhecimento do mercado consumidor destes produtos, visando oportunizar a geração de renda através de uma nova profissão, para sua futura inserção no mercado de trabalho.

A doação de tecidos de seda, apreendidos pela Receita Federal, possibilitou a PROVOPAR desenvolver a qualificação profissional das detentas, acarretando a diminuição de suas penas através da remissão (a cada três dias de trabalho, um dia da pena é reduzido). Por meio de doações e parcerias, a ONG também conseguiu equipamentos para a criação de um ateliê nas dependências da Penitenciária junto com a griffe paranaense Gianni Cocchieri.

O curso de capacitação profissional de alta costura foi oferecido a um grupo de doze mulheres que tiveram aulas aos sábados nas dependências da Penitenciária, com duração de dez meses. Durante o curso, foram produzidos quarenta e cinco looks, que não foram comercializados, para servirem como exemplo para futuras aprendizes.

Em abril de 2009 ocorreu um desfile de moda, transmitido ao vivo pela TV com a cobertura simultânea nas dependências da Penitenciária, havendo entrevistas com as mulheres que confeccionaram os vestidos. Elas receberam o certificado de conclusão do curso e um salário que é depositado numa poupança, que somente poderá ser retirado pela própria detenta ao sair do presídio, quando então ganharão uma máquina de costura, doada pela PROVOPAR. Além da griffe Cocchieri, são parceiros do projeto o Departamento Penitenciário do Paraná e o Museu Oscar Niemeyer.

# CURSO DE APRIMORAMENTO DA PRÁTICA POLICIAL CIDADÃ

**Viva Rio e  
Viva Comunidade**



Viva Rio e Viva Comunidade  
Rua do Russel, 76 – Glória  
Rio de Janeiro – RJ  
Tel.: (21) 2555-3777  
[www.vivario.org.br](http://www.vivario.org.br)

Desenvolvido desde 2002, o Curso de Aprimoramento da Prática Policial Cidadã (CAPPC) constitui-se em um curso de qualificação para policiais militares do Rio de Janeiro, fruto de uma parceria estabelecida entre a Polícia Militar e o Viva Rio. O público alvo (RETIRAR) do curso são soldados, cabos e sargentos e seu objetivo principal a valorização destes profissionais através do oferecimento de uma qualificação cuja metodologia se destaca.

O curso baseia-se em estudos de caso, retirados das ocorrências registradas pelos próprios policiais, que a partir de situações cotidianas, passam a discutir e refletir sobre suas práticas e rotinas, o que facilita a compreensão e assimilação de conceitos, a aquisição de novos conhecimentos e técnicas e os torna produtores e sujeitos do conhecimento.

As aulas são conduzidas por policiais multiplicadores (Sargentos), previamente qualificados na metodologia do curso e dentro das temáticas centrais que são abordadas, como Uso da Força, Uso da Arma, Violência Doméstica, Policiamento Comunitário, Estatuto da Criança e do Adolescente, Técnicas de Abordagem, Defesa Pessoal, Rotinas Assistenciais, Prevenção e Mediação de Conflitos, Imagem da Polícia, Valorização e Ética Profissional, Discriminação e Preconceito, Planejamento de Segurança Local, Procedimentos Técnico-Profissionais, Segurança Pública, Autoridade do Policial Militar, Comunicação, Resolução de Problemas, Meio Ambiente, Educação no Trânsito e Estatuto do Desarmamento.

O material didático é composto por cartilhas e vídeos interativos. Desenvolvido nos próprios Batalhões de Polícia Militar, o CAPPC já foi responsável pela qualificação de mais de 15 mil policiais militares e hoje integra a matriz curricular dos cursos de formação de soldados, cabos e sargentos oferecidos pela PMERJ. Hoje o trabalho é desenvolvido pela OSCIP Viva Comunidade.

# ESCOLA PARTICIPATIVA: CONSTRUINDO SEGURANÇA

**Instituto de  
Defesa dos  
Direitos Humanos  
IDDEHA**



O Projeto Escola Participativa é uma iniciativa do IDDEHA – Instituto de Defesa dos Direitos Humanos, desenvolvido em 29 municípios do Estado do Paraná e integra uma proposta de prevenção que tem como eixo central a Educação em Cidadania e Direitos Humanos, e perpassa por dois outros eixos: Fortalecimento Familiar e Comunitário e Segurança Pública Participativa.

O objetivo geral do Projeto é, através de cursos de capacitação e formação, contribuir com o processo de construção de um novo modelo de Segurança Pública, tendo como base o fomento e o fortalecimento de relações promotoras de segurança. O Projeto é voltado para segmentos estratégicos – jovens e famílias em situação de risco social, atores cujo trabalho é a garantia dos direitos e profissionais da segurança pública. Os cursos são destinados a policiais civis, policiais militares, guardas municipais, lideranças comunitárias, diretores de escolas públicas, equipes das escolas municipais e estaduais, membros de associação de moradores, conselheiros, representantes de ONGs, profissionais de órgãos públicos, entre outros.

Os cursos são constituídos por quatro módulos, totalizando 90 horas por turma (sendo 40 horas presenciais e 50 à distância).

Entre 2001 e 2005 o Projeto foi desenvolvido em 177 locais diferentes, entre escolas, associações/fundações, sindicatos, paróquias e órgãos públicos. Nesses 05 anos de trabalho, 213 turmas foram formadas, totalizando 5.217 participantes.

Instituto de Defesa dos Direitos  
Humanos - IDDEHA  
Rua Reinaldo S. de Quadros, n. 89  
Curitiba – PR  
CEP 80.050-030  
Tel.: (41) 3363-3103  
Email: [joseluis@iddeha.org.br](mailto:joseluis@iddeha.org.br)  
[www.iddeha.org.br](http://www.iddeha.org.br)

# GERINDO MINHA FELICIDADE

## Guarda Municipal de Fortaleza



O Projeto Gerindo Minha Felicidade foi idealizado pela Equipe de Serviço Social e Serviço de Psicologia da Guarda Municipal, Defesa Civil e Cidadania de Fortaleza, em virtude da incidência de casos de servidores dependentes do uso de álcool e/ou com problemas de drogadição, tendo implicações nas relações interpessoais e de trabalho.

A partir da verificação da presença de servidores da GMF nos postos de serviço sob efeito de drogas lícitas e/ou ilícitas, além dos problemas de saúde e dos conflitos interpessoais e familiares decorrentes do uso abusivo dessas drogas, tornou-se premente uma intervenção de profissionais especializados no intuito de garantir o exercício pleno do papel dos Guardas Municipais.

Assim, o projeto buscou desenvolver ações de atenção básica a saúde mental desses profissionais e relacionados ao cotidiano institucional, realizando um trabalho multidisciplinar de cunho preventivo e de combate ao álcool e outras drogas com a colaboração de profissionais com formação em Medicina, Enfermagem e Educação Física, cujo objetivo era criar uma rede de apoio em prol da prevenção e da diminuição dos impactos decorrentes da dependência química e, principalmente, promover uma melhoria na qualidade de vida dos servidores.

A implementação do projeto ocorreu norteadada pela atuação desafiante de profissionais de serviço social e psicologia na realização de grupos terapêuticos e atendimentos individuais. As atividades são realizadas pelos assistentes sociais da Guarda Municipal com reuniões semanais no setor de Acompanhamento Funcional/Serviço Social da Instituição, abordando temas relacionados à saúde, trabalho, família e lazer através de dinâmicas, peças teatrais, exposições de vídeos, reflexões de textos que englobem assuntos relacionados ao alcoolismo, a realização de passeios a espaços de lazer existentes na cidade de Fortaleza, dentre outros recursos.

Atualmente, há 18 servidores inscritos e 12 participam efetivamente das ações do projeto.

Guarda Municipal de Fortaleza  
Rua Delmiro de Farias, n. 1900, Bairro  
Rodolfo Teófilo  
Fortaleza – CE  
CEP 60.430-170  
Tel.: (85) 3066-2308  
planejamento.gmf@gmail.com  
www.gmf.fortaleza.ce.gov.br

# GRÊMIO EM FORMA METODOLOGIA DE FORMAÇÃO DE GRÊMIOS ESTUDANTIS

**Instituto  
Sou da Paz**



Instituto Sou da Paz  
Rua Luis Murat, 26  
São Paulo – SP  
CEP 05436-050  
Tel.: (11) 3812-1333  
Email: [soudapaz@soudapaz.org](mailto:soudapaz@soudapaz.org)  
[www.soudapaz.org](http://www.soudapaz.org)

O projeto Grêmio em Forma é uma iniciativa do Instituto Sou da Paz realizado na cidade de São Paulo, mais especificamente em escolas públicas de regiões periféricas, como: Jardim Ângela, Capão Redondo, Campo Limpo, Jardim São Luis, zonas leste e norte, entre os anos de 2001 e 2005. O projeto foi apoiado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos, por meio do Programa Paz nas Escolas.

Promove a participação democrática dos jovens nos processos de ocupação e transformação de espaços públicos (escolas), apostando na negociação e na valorização da diversidade como estratégias que contribuem para mudar o quadro de violência e exclusão. É um projeto de intervenção com foco na prevenção da violência juvenil que busca estimular a participação dos jovens na elaboração, organização e execução de propostas de intervenção na escola e na comunidade.

Seu objetivo é criar e fortalecer grêmios estudantis como canais privilegiados de participação dos estudantes no ambiente escolar. Para tanto, desenvolveu-se uma metodologia de estímulo à formação de grêmios que é aplicada por meio da realização de oficinas com grupos de alunos de escolas estaduais, utilizando o Caderno Grêmio em Forma - produzido pela equipe do Projeto - como material de apoio e orientação sobre o processo formal de criação de grêmios e eleição da gestão.

Para além da realização dessas oficinas em São Paulo, o projeto transformou-se numa metodologia de formação de grêmios que está disponível, em parte, no site da instituição e é amplamente acessada. Atualmente, tanto o Caderno Grêmio em Forma quanto o guia Grêmio em Forma estão disponíveis para download no site do Instituto Sou da Paz, podendo ser livremente utilizados por qualquer pessoa interessada em conduzir oficinas semelhantes.

A experiência tem sido realizada em escolas e municípios de outros estados brasileiros, como, por exemplo, no Município de Varginha (MG).

A experiência de formação de grêmios estudantis tem se mostrado uma ferramenta eficaz tanto para criar canais para a resolução pacífica de conflitos dentro do ambiente escolar, como também para estimular os jovens a construir seus projetos de vida, pautados por outros valores, expectativas e formas de participação na sociedade.

## INTEGRAÇÃO DAS CORREGEDORIAS DO SISTEMA DE DEFESA SOCIAL DE MINAS GERAIS

### Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais (SEDS)



A experiência de integração das Corregedorias do Sistema de Defesa Social congrega todas as atividades relacionadas à gestão da segurança pública e do sistema prisional, liderando e tendo como parceiros os órgãos que fazem parte do sistema: as Polícias Civil e Militar, o Corpo de Bombeiros Militar e a Defensoria Pública.

Os principais objetivos dessa experiência de integração das corregedorias são: promover a modernização das corregedorias dos órgãos de defesa social com ações que previnam os desvios de conduta dos servidores; desenvolver ações que permitam a integração e a desconcentração da atividade correcional dos órgãos e fornecer subsídios ao Sistema Integrado das Corregedorias dos Órgãos de Defesa Social.

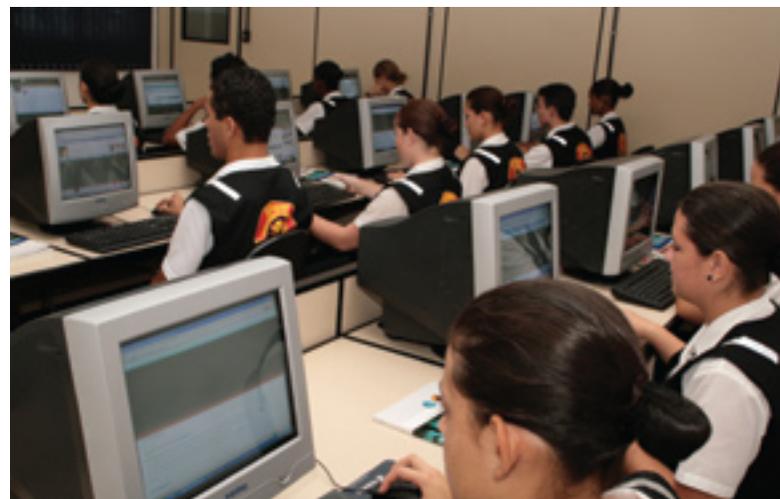
Esse processo de integração provocou a criação do fórum democrático de debates no âmbito do Colegiado de Corregedorias, estabelecendo diversas políticas de integração das atividades de correição administrativa dos órgãos de Defesa Social. O Colegiado é composto pelos Corregedores da Polícia Civil, da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros Militar, da SEDS e da Defensoria Pública, além do Ouvidor de Polícia, o Representante do Ministério Público, o Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais e a Auditora Geral do Estado.

Em dezembro de 2006, foi inaugurado o prédio do Sistema Integrado de Corregedorias dos Órgãos de Defesa Social – SICODS, agregando num mesmo espaço as Corregedorias da Polícia Civil, da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros Militar e da Secretaria de Defesa Social. Uma das ações prioritárias da política de integração das corregedorias foi a implantação das Equipes de Prevenção e Qualidade no âmbito da atividade correcional que tem como missão principal realizar fiscalizações com o objetivo de prevenir o desvio de conduta dos servidores.

Secretaria de Estado de Defesa Social  
de Minas Gerais  
Rua Andaluzita, 131, 2º andar - Bairro  
Carmo-Sion, Belo Horizonte – MG  
Tel.: (31) 3289-7046  
E-mail: sasd@defesasocial.mg.gov.br  
www.seds.mg.gov.br

## JEPOM – JOVENS NO EXERCÍCIO DO PROGRAMA DE ORIENTAÇÃO MUNICIPAL

**Instituto Amigos da  
Guarda Municipal e  
Prefeitura Municipal de  
São Vicente (SP)**



Instituto Amigos da Guarda  
Municipal – IAGM  
Av. Manoel de Abreu, n. 584.  
São Vicente – SP  
CEP 11.355-400  
Tel.: (13) 3461-3954  
[www.projetojepom.org.br](http://www.projetojepom.org.br)

Iniciado em setembro de 2001, o Projeto JEPOM beneficia jovens do Município de São Vicente, de ambos os sexos, de alta vulnerabilidade social, selecionados por meio de avaliações de assistentes sociais, indicados por baixa escolaridade, reincidência em pequenos delitos, uso de drogas e baixa renda familiar.

Ao passarem pelo programa, com duração de um ano, esses jovens recebem qualificação por meio de oficinas de Ética, Direitos Humanos e estudam em um dos oito cursos Técnicos Profissionalizantes (Montagem e Manutenção de Computadores, Informática, Enfermagem, Meio Ambiente, Logística, Nutrição, Segurança do Trabalho, Petróleo e Gás). Além disso, recebem instruções teóricas e desenvolvem estágio prático em Jardinagem, o que ajuda na inclusão e inserção no mercado de trabalho, além de receberem uma bolsa - auxílio mensal.

O Projeto, cujo modelo vem sendo implementado em diversas cidades brasileiras, oferece atualmente cursos gratuitos de informática, LIBRAS, reforço escolar, curso preparatório para concursos públicos e aulas de primeiros-socorros.

Os jovens participantes estudam em um turno e no outro desenvolvem atividades de estágio prático em equipamentos públicos municipais, tendo contato com profissionais da área, além de situações reais do cotidiano, o que lhes proporciona maior experiência profissional. Além disso, dispõem de um Complexo Esportivo e Cultural onde podem praticar gratuitamente diversas modalidades esportivas.

Atualmente, mais de 2,5 mil pessoas estão matriculadas e praticam gratuitamente aulas de futsal, basquete, handebol, capoeira, karatê, judô, alongamento, boxe, dança de rua e de salão, tai-chi-chu-an, oferecidas pelo Complexo Esportivo. A inserção de esportes de alto custo tradicionalmente oferecidos para classes sociais mais privilegiadas, como o balé e a ginástica olímpica, foram escolhidas para trazer aos participantes igualdade de oportunidade no desenvolvimento social.

Até o presente momento mais de 7.500 jovens já foram beneficiados pelas ações do Projeto e 60% foram inseridos no mercado de trabalho ainda na fase de vigência do contrato de prestação de serviços voluntários.

# JUSTIÇA CIDADÃ NÚCLEOS DESCENTRALIZADOS DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA

## Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (GAJOP)



O Projeto Justiça Cidadã é resultante de uma parceria estabelecida desde 2002 entre a Prefeitura Municipal do Recife (PE) e o Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (GAJOP), com o objetivo de contribuir para promoção do acesso à Justiça e da prevenção à violência, fortalecendo o exercício da cidadania a partir da educação em direitos. Funciona em três Núcleos Descentralizados de Assistência Jurídica nos bairros Caxangá, Ibura e Pina, sendo cada um deles composto por uma equipe interdisciplinar.

A equipe técnica, composta por advogados/as, assistentes sociais, psicólogos/as, historiadora e estagiários/as, realiza diariamente atendimentos individuais e/ou coletivos sobre direitos; mediação de Conflitos para casos de pensão alimentícia; orientações jurídicas diversas; encaminhamentos para outros órgãos / entidades, conforme a demanda; acompanhamento dos processos distribuídos; intervenção judicial em casos de descumprimento de acordos e de violência contra a mulher, além de reuniões com entidades comunitárias e palestras sobre direitos.

A adoção da mediação de conflitos como ferramenta de assistência jurídica mostrou-se eficaz para atender a demanda das comunidades, majoritariamente relacionadas ao Direito de Família (principalmente problemas relativos à Pensão Alimentícia para filhos/as). A adoção de técnicas de mediação de conflitos nesta área contribuiu substancialmente para a prevenção à violência, na medida em que pode evitar desdobramentos mais graves.

Desde 2005 o projeto realiza uma média de 1.300 atendimentos ao ano, demonstrando a confiança da população nesta experiência e deste tipo de abordagem, uma vez que possibilita a resolução de conflitos sem a necessidade do encaminhamento à esfera judicial.

Gabinete de Assessoria Jurídica às  
Organizações Populares – GAJOP  
Rua do Sossego, 432 – Boa Vista,  
Recife – PE  
Tel.: (81) 30925252  
E-mail: gajopdh@uol.com.br;  
nucleoscidadania@yahoo.com.br  
www.gajop.org.br

# JUSTIÇA PARA O SÉCULO 21 INSTITUINDO PRÁTICAS RESTAURATIVAS

**Associação dos  
Juizes do  
Rio Grande do Sul**



Associação dos Juizes do  
Rio Grande do Sul  
Rua Celeste Gobatto, n. 81,  
Bairro Praia de Belas,  
Porto Alegre – RS  
Tel.: (51) 3210-6776  
[www.justica21.org.br](http://www.justica21.org.br)

O projeto Justiça para o Século 21 tem como objetivo divulgar e aplicar as práticas da Justiça Restaurativa (JR) na resolução de conflitos em escolas, ONGs, comunidades e no Sistema de Justiça da Infância e Juventude como estratégia de enfrentamento e prevenção à violência em Porto Alegre (RS). Implementado desde 2005 na 3ª Vara da Infância e da Juventude da capital gaúcha, o Projeto é articulado pela Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul – AJURIS, e conta com a parceria da UNESCO - Programa Criança Esperança, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e da Secretaria da Reforma do Judiciário/MJ.

A Justiça Restaurativa é um novo modelo de Justiça voltado para as relações prejudicadas por situações de violência. Valoriza a autonomia e o diálogo, criando oportunidades para que as pessoas envolvidas no conflito (autor e receptor do fato, familiares e comunidade) possam conversar e entender a causa real do conflito, a fim de restaurar a harmonia e o equilíbrio entre todos. A ética restaurativa é de inclusão e de responsabilidade social e promove o conceito de responsabilidade ativa.

O principal objetivo do procedimento restaurativo é o de conectar pessoas além dos rótulos de vítima, ofensor e testemunha, desenvolvendo ações construtivas que beneficiem a todos. Visa restaurar laços sociais, compensar danos e gerar compromissos futuros mais harmônicos.

O procedimento como um todo se divide em três etapas: o pré-círculo (preparação para o encontro com os participantes); o círculo (realização do encontro propriamente dito) e o pós-círculo (acompanhamento). O círculo não se destina a apontar culpados ou vítimas, nem a buscar o perdão e a reconciliação, mas a percepção de que nossas ações nos afetam, afetam aos outros e que somos responsáveis por seus efeitos.

Em três anos de Projeto (2005-2008), 2.583 pessoas participaram de 380 procedimentos restaurativos realizados no Juizado da Infância e da Juventude. Outras 5.906 participaram de atividades de formação promovidas pelo Projeto. Além do Juizado, outros espaços institucionais também já estão aplicando essa prática na gestão dos conflitos internos, evitando sua judicialização, como as unidades de privação da liberdade da Fundação de Atendimento Sócio-Educativo do Rio Grande do Sul (antiga FEBEM), unidades de medidas sócioeducativas de meio aberto, abrigos, escolas e ONGs.

## LUTA PELA PAZ

### Associação Luta pela Paz



Associação Luta pela Paz  
Rua Teixeira Ribeiro,  
900 – Maré  
Bonsucesso – RJ  
CEP: 21.044-251  
Tel.: (21) 3105 5341  
E-mail:  
lutapelapaz@lutapelapaz.org  
www.lutapelapaz.org

O Luta Pela Paz nasceu ao final de 2000 como um projeto da ONG Viva Rio e devido ao sucesso de suas atividades e sua capacidade de sustentabilidade, em 2007 se tornou uma ONG independente. O projeto é desenvolvido na Maré, no Rio de Janeiro: complexo de 17 favelas com aproximadamente 114 mil habitantes, conhecida por altos índices de violência, pela presença de diferentes facções criminosas, por sucessivos confrontos entre policiais e criminosos e pelo alto índice de mortalidade por arma de fogo, principalmente entre jovens com idade entre 15 e 24 anos.

Tem como papel fortalecer os fatores de proteção e minimizar os fatores de risco de crianças, adolescentes e jovens com idade entre 07 e 25 anos, de ambos os sexos. Tem como estratégia a inserção dos jovens em atividades esportivas (boxe, capoeira e luta livre) combinadas com atividades educacionais, profissionalizantes e culturais, que buscam investir na elevação da sua auto-estima, na promoção da cidadania e de um convívio mais pacífico e mais solidário com o próximo.

A idéia foi motivada pela possibilidade de utilização de esportes de luta como ferramenta para o desenvolvimento humano. Estes são especialmente importantes, pois oferecem a adrenalina que o envolvimento na violência armada ocasiona, porém acompanhada de disciplina, responsabilidade, regras de comportamento e trabalho em equipe, fazendo com que o aluno se sinta parte de um grupo. Além disso, o acesso ao esporte promove a saúde, aumenta a auto-estima, é um forte incentivo a não usar drogas, canaliza a agressividade e a transforma em energia positiva na forma de trabalho em equipe, autoconfiança, competição saudável e respeito às regras.

A metodologia é composta por cinco pilares estratégicos que atuam de forma integrada: Esporte, Educação, Ação Social, Trabalho e Liderança Jovem.

O programa atende anualmente a cerca de 800 alunos e possui desde 2005 uma sede que hoje abriga as atividades. Em 2006 foi reconhecido como prática exitosa em avaliação externa realizada pelo CLAVES/Fiocruz. Em 2007 ganhou o prêmio Laureus Sports for Good, considerado o Oscar do Esporte, na categoria “Esporte para o Bem” e teve a primeira experiência de reaplicação, o Fight for Peace em Londres, no North Woolwich.

# MARIA MARIAS

## Secretaria de Estado da Justiça do Espírito Santo (SEJUS)



Secretaria de Estado da Justiça do  
Espírito Santos – SEJUS  
Av. Governador Bley,  
n. 236, Edif. Fábio Ruschi, 9 Andar.  
Centro – Vitória – ES  
CEP 29.010-035  
Tel: (27) 3132-2174/3132-1815  
Email: diresp@sejus.es.gov.br  
www.sejus.es.gov.br

O Projeto Maria Marias é desenvolvido na Penitenciária Estadual Feminina de Cariacica (ES), fruto de um convênio entre o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN/MJ), a Secretaria de Estado da Justiça do Espírito Santo e o Sistema S, com o objetivo de conceber estratégias de articulação com entidades governamentais e não governamentais para reintegração das mulheres apenadas.

O Projeto propõe um conceito de ressocialização focado no trabalho, no empreendedorismo e no fortalecimento do vínculo familiar, minimizando os efeitos do encarceramento e resgatando o potencial da mulher na sua condição de mãe, trabalhadora, empreendedora, educadora, administradora do lar, companheira e, sobretudo, como cidadã de direito.

O Projeto tem como foco oportunizar a cada detenta a realização de capacitações em diversos cursos: Marketing para o setor artesanal; Informática Básica; Oficina de Artesanato; Vestuário; Customização; Manicura; Depilação; Modelagem de sobancelhas; Custo, formação de preço e venda de produtos; Preparação de salgados; Bolos, recheios e confeitaria; Preparação de doces; Preparação de pães; oficinas de valorização da vida; oficinas de DST/AIDS; oficina planejamento familiar; oficina Maria vai à luta; Despertando para o Associativismo; Aprender a Empreender; Mulher empreendedora; Pátinas e Textura especiais.

Esses cursos representam uma estratégia de profissionalização, na medida em que são vinculados a atividades genuinamente requeridas pelo mercado, assumindo, portanto, um caráter profissionalizante, aumentando as chances de empregabilidade das detentas e sua conseqüente reintegração social.

Até hoje 600 internas da Penitenciária Estadual Feminina ocuparam mais de 1000 vagas em cursos profissionalizantes, através das Entidades do Sistema S. Resultados efetivos foram alcançados, com o acompanhamento de egressas que participaram do projeto, receberam alvará e já estão trabalhando na área em que foram capacitadas.

## MEDIAR

### Polícia Civil de Minas Gerais e Secretaria de Defesa Social de Minas Gerais



O Projeto Mediar tem como objetivo principal a prevenção da criminalidade e da violência. Trata-se de uma iniciativa da Polícia Civil de Minas Gerais em parceria com a Secretaria de Defesa Social do Estado para evitar o agravamento de conflitos e infrações penais consideradas de menor potencial ofensivo, como ameaças, crimes contra a honra, maus tratos e problemas familiares e de vizinhança.

O projeto integra a política estadual de prevenção da violência adotando a mediação de conflitos como metodologia de trabalho. Foi implantado em outubro de 2006 na sede da Delegacia Regional Leste, que atende a 15 bairros da região metropolitana de Belo Horizonte, e acaba de ser ampliado para outras cinco unidades policiais da capital.

Para a execução do projeto, agentes da Polícia Civil foram capacitados a atuarem como mediadores de pequenos conflitos que deságuam nas delegacias, facilitando entendimentos e diálogos entre os envolvidos e evitando que os casos se transformem em graves tragédias sociais. O trabalho de mediação de conflitos também conta com a participação de estagiários, profissionais liberais e moradores da comunidade e foi premiado, em 2007 e 2008, no concurso de "Atuação e Qualidade do Sistema de Defesa Social".

A experiência do Projeto Mediar possui amplo papel pedagógico e demonstra resultados satisfatórios para a área da segurança pública. Dados da Polícia Civil de Minas Gerais revelam o estabelecimento de acordos entre as partes em cerca de 90% das mediações de conflito e uma queda de 13% no número de termos circunstanciados lavrados nas delegacias. A mediação tem resolvido 70% das ocorrências recebidas.

Polícia Civil de Minas Gerais  
Av. do Contorno,  
nº 4265, 15º andar, Bairro São Lucas –  
Belo Horizonte – MG  
CEP 30110-021  
Tel.: (031) 3265-3104  
Email: [chefia.gab@pc.mg.gov.br](mailto:chefia.gab@pc.mg.gov.br)  
[www.pcmg.gov.br](http://www.pcmg.gov.br)

## MULTIPLICADORES DE CIDADANIA PARA A PAZ

**Superintendência de  
Serviços Penitenciários  
(SUSEPE) da Secretaria  
de Estado de  
Segurança Pública  
do RS**



O Projeto Multiplicadores de Cidadania para a Paz, ou MC's para a Paz é desenvolvido desde 2007 pela Superintendência de Serviços Penitenciários e iniciou na Penitenciária Estadual do Jacuí (maior penitenciária do Estado) a partir da iniciativa de duas psicólogas que tinham como função promover o tratamento penal de indivíduos encarcerados.

O início da experiência se deu a partir do atendimento psicológico a um apenado dependente de crack que também era rapper. Num cenário hostil e precário como o das instituições penais, a música foi o meio criativo e eficaz utilizado pelas psicólogas para comprometer e resgatar esse jovem. Definiram que em cada atendimento ele deveria trazer letras de rap, o que culminou numa resposta positiva ao tratamento e na interrupção do uso da droga. Nas galerias, esse jovem passou a difundir que era um “mensageiro da paz”.

Assim, o projeto MC's para a Paz é um programa penal que une cultura hip hop e educação cidadã, e permite a criação de um canal de comunicação entre o apenado e o técnico, na medida em que são utilizados recursos e símbolos culturais do próprio apenado para produzir conhecimento e difundir cidadania.

O Projeto foi elaborado especialmente para apenados jovens com faixa etária entre 18 e 29 anos, que segundo dados da SUSEPE/RS somam 65% da população carcerária gaúcha. O projeto já beneficiou cerca de 120 presos de 2007 a 2009. Atualmente possui dois grupos de 25 jovens cada um, já constituídos e em funcionamento.

Nos grupos MC's para a Paz são estudados e debatidos temas de Cidadania, tais como Organização da Sociedade, Direitos e Deveres, História Negra, Cultura Periférica, Drogas, Família e Paternidade Responsável. Os conteúdos são apresentados por meio de oficinas temáticas, palestras com convidados, dinâmicas de grupo, filmes, textos e letras de música, em encontros semanais com duração de cerca de 4 horas. Mais do que um projeto terapêutico o MC's para a Paz é um estímulo ao protagonismo social, onde o auxílio aos colegas, a multiplicação de conhecimentos na comunidade e a resolução pacífica dos conflitos produzem o terreno fértil necessário para uma inclusão social cidadã.

Superintendência de Serviços Penitenciários – SUSEPE  
Av. Voluntários da Pátria 1358,  
3º andar, Bairro Floresta  
Porto Alegre – RS  
CEP 90230-010  
Tel.: (51) 3288-7348  
Email: centraldeprojetosdtp@susepe.  
rs.gov.br  
www.susepe.rs.gov.br

## NÚCLEO DE APOIO MULTIDISCIPLINAR DA DELEGACIA DE POLÍCIA DE DEFESA DA MULHER DE MARÍLIA

**Polícia Civil do Estado de São Paulo  
Seccional de Marília**



Delegacia de Polícia de Defesa da  
Mulher de Marília (SP)  
Rua José Bertonha, n. 338.  
Marília – SP  
CEP 17.516-010  
Tel.: (14) 3433-1133/  
3433-3836  
Email: nam.ddm@hotmail.com

O Núcleo de Apoio Multidisciplinar – NAM tem como objetivo acolher vítimas de violência doméstica do município de Marília dentro da própria sede da Delegacia de Defesa da Mulher através da melhoria no atendimento e da oferta de serviços de psicologia e serviço social.

A Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher – DDM foi instalada em 24 de abril de 1987 na cidade de Marília (SP), mas não dispunha de profissionais especializados para a realização deste tipo de atendimento, fazendo com que as vítimas e familiares saíssem da DDM apenas com o registro da ocorrência em mãos, sem o claro direcionamento para o enfrentamento e solução da violência sofrida.

A partir da participação dos funcionários no curso de especialização em Violência Doméstica contra Criança e Adolescente da Universidade de São Paulo (USP), a DDM construiu a percepção da visão multifocal que deve ser trabalhada a violência doméstica, sentindo a necessidade da intervenção multidisciplinar no atendimento à vítima em situação de violência naquela cidade. Em abril de 2002, surgiu o Núcleo de Apoio Multidisciplinar (NAM) por intermédio da elaboração de um Termo de Compromisso entre Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher / Secretaria Municipal de Assistência Social / Universidade de Marília (UNIMAR) / Universidade Eurípides de Soares da Rocha de Marília (UNIVEM) e psicólogos voluntários.

As vítimas, suas famílias e os agressores são acompanhados e assistidos. Os atendimentos e orientações são individuais e/ou em grupos. Com o acompanhamento e assistência direta proveniente do NAM, pode-se metodologicamente mensurar de forma estatística a incidência e a reincidência dos casos de violência que passam pela Delegacia.

Ao total já foram atendidos mais de 3.136 casos. Nos atendimentos, obtêm-se dados específicos que fornecem informações para o mapeamento dos casos, elaboração de estratégias preventivas, perfil das vítimas e autores, além do trabalho da Rede de Serviços de Atendimento à Mulher Vítima de Violência de Marília – Rede Mulher de Marília.

## PAPO DE RESPOSTA

### Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro e Afroreggae



Polícia Civil do Rio de Janeiro  
Rua da Relação, 42  
Centro – Rio de Janeiro – RJ  
CEP: 20231-900  
Tel.: (21) 2332-9914  
www.policiacivil.rj.gov.br

Grupo Cultural AfroReggae  
Rua Mal. Câmara, 350/703 – Centro –  
Rio de Janeiro – RJ  
CEP: 20020-080  
Tel.: (21) 2532-0422  
www.afroreggae.org.br

Desenvolvido desde 2008, o Papo de Resposta nasce da percepção de um grupo de policiais civis do Rio de Janeiro de que deveriam fazer algo além da pura e simples repressão. Nasce também do encontro desses policiais com o Grupo Cultural AfroReggae, onde juntos passam a percorrer escolas e perceber a importância do pensamento juvenil a partir de uma conversa simples: um papo de resposta.

São encontros cujo objetivo é a quebra de estereótipos e paradigmas que temos em relação ao outro, mas também sobre nós mesmos. Busca mostrar, através do depoimento franco de um policial e de um ex-criminoso que nem todo policial é corrupto, truculento, desumano, arbitrário e insensível. Assim como nem toda pessoa que cometeu algum delito ou crime é necessariamente sempre um ser violento. Não significa que é desumano e que não enxerga o outro. E, por mais inacreditável que pareça, ambos podem estar lado a lado, não com papéis antagônicos, mas como vidas que se complementam quando acreditam que podem mudar a realidade em que estão inseridos

O Papo não tem como missão a realização de palestras sobre leis, direitos e deveres. Não é uma explanação ou imposição de informações. Tem como objetivo reconstruir e reformular cada ser por meio do exercício do pensar, compartilhando informações e trocando experiências. Sua crença básica não é achar ou apontar uma direção correta, mas mostrar que há muitos caminhos a seguir e, de forma autônoma, temos como fazer as escolhas de sucesso.

Mais de 100 escolas foram visitadas, atingindo mais de 20 mil alunos, além de professores e diretores, pais e familiares.

O Papo de Resposta nasceu nas cabeças e nos corações de gente cansada de guerra. Gente que quer abaixar as armas e levantar a voz. Porque acredita que a violência se supera com a palavra. É uma conversa entre todos nós. Polícia Civil, AfroReggae, Sociedade. Eu e você. Um papo entre iguais, gente do povo brasileiro. Um papo de resposta, para cada um fazer a sua parte. Um papo de esperança, para fazer o mundo mais igual.

# PATRULHA CIDADÃ AÇÃO DE ENFRENTAMENTO À EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTO- JUVENIL E TRÁFICO HUMANO

**Polícia Rodoviária  
Federal – 19ª  
Superintendência  
Regional/Pará**



Polícia Rodoviária Federal – 19ª  
Superintendência Regional/Pará  
Tv. Dom Pedro I, nº 52 –  
Bairro Umarizal – Belém – PA  
Tel.: (91) 3242-1800/  
3242-4858  
E-mail: sup.pa@dprf.gov.br  
www.dprf.gov.br

Estudos realizados pela Polícia Rodoviária Federal e pela Secretaria Especial de Direitos Humanos mapearam a situação do tráfico e da exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil. Nesse levantamento, contratou-se que dentre os pontos vulneráveis à exploração sexual de crianças e adolescentes, 131 estão no Estado do Pará, em 28 municípios, o que coloca o Estado na quinta pior colocação dentre todos os Estados da Federação.

Diante disso, a 19ª Superintendência Regional – Pará, da Polícia Rodoviária Federal criou o Projeto Patrulha Cidadã, com o objetivo de fortalecer as parcerias entre instituições governamentais e não-governamentais para o enfrentamento dessa problemática no Estado e atuar de maneira preventiva, desenvolvendo uma intensa campanha de sensibilização e mobilização junto aos usuários das rodovias federais.

A principal estratégia do Projeto consiste no empoderamento de crianças e adolescentes acerca da informação sobre seus direitos, além da sensibilização da sociedade para conseguir a adesão de motoristas, professores e membros da comunidade para a realização da denúncia dos delitos. A equipe composta por uma Comissão permanente de policiais qualificados desenvolve as ações do Projeto Patrulha Cidadã através de parcerias.

O Projeto recorreu à rede de proteção nos municípios cortados pelas rodovias federais, por meio das Secretarias Municipais de Assistência Social, dos Conselhos Tutelares e Conselhos Municipais de Defesa da Criança e do Adolescente. Assim como contou com parceiros fundamentais como: a Organização Internacional do Trabalho (OIT) que apóia o Projeto com auxílio técnico e financeiro; a SODIREITOS – Sociedade de Defesa dos Direitos Sexuais da Amazônia e a RÁDIO MARGARIDA – Centro Artístico Cultural Belém Amazônia, que também contribuíram com materiais para a capacitação e a sensibilização de servidores, motoristas e estudantes.

# PLANO MUNICIPAL DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA DE BARRA MANSA

**Prefeitura Municipal de Barra Mansa e Viva Rio**



**Viva Rio**  
Ladeira da Glória, n. 99.  
Rio de Janeiro – RJ  
CEP 22.210-010  
Tel.: (21) 2555-3750  
www.vivario.org.br

**Prefeitura Municipal de Barra Mansa**  
Rua Luiz Ponce, 236 – Centro  
Barra Mansa – RJ  
Tel.: (22) 2106-3400  
www.barramansa.rj.gov.br

O Plano Municipal de Prevenção à Violência de Barra Mansa é uma iniciativa do governo municipal que em 2004 firmou uma parceria com a ONG Viva Rio para a realização de um diagnóstico (qualitativo e quantitativo) dos principais problemas relacionados à criminalidade e à segurança pública no município. Esse trabalho permitiu a construção do Plano Municipal de Prevenção à Violência da cidade, contendo um conjunto de medidas que objetivam a redução da violência e da criminalidade e a melhoria da qualidade de vida da população.

Para a construção do Plano foram marcadas audiências públicas. O resultado do diagnóstico e das informações oriundas das audiências públicas subsidiou a redação do documento final do Plano, lançado na cidade em 2006, cujo trabalho foi dividido em quatro eixos específicos, quais sejam: 1. Gestão; 2. Guarda Municipal; 3. Prevenção à Violência Doméstica e de Gênero; e 4. Resgate de adolescentes em situação de risco ou autores de ato infracional.

O eixo Gestão englobou: 1) A reformulação organizacional da Secretaria Municipal de Ordem Pública (SMOP); 2) A constituição do Gabinete Integrado de Prevenção à Violência (GIPV), 3) A reestruturação do conselho comunitário de segurança (CCS) e 4) A construção dos Fóruns Locais de Prevenção à Violência.

O eixo Guarda Municipal, por sua vez, englobou quatro ações: a instituição de um Sistema de Informação para o registro das suas ocorrências, a revisão do plano de carreiras e vencimentos e a elaboração de um curso para qualificação dos guardas municipais. Todo o efetivo da Guarda Municipal foi qualificado em 2007.

O Programa de Prevenção e Redução da Violência Doméstica e de Gênero teve como objetivo o desenvolvimento de uma proposta de ação integrada com os demais organismos municipais, estaduais, federais e organizações da sociedade civil para atender as questões relacionadas à violência doméstica e de gênero.

Finalmente, o programa Resgate de jovens em situação de risco ou autores de ato infracional, teve como objetivo proporcionar aos jovens de 12 a 24 anos, de ambos os sexos, que possuam ocorrências policiais, uma alternativa ao crime através de ações integradas que busquem a reinserção social dos jovens.

O diferencial desta experiência foi a mobilização da comunidade realizada em torno do Plano e a readequação das atribuições e das áreas de atuação da Guarda Municipal, antes concentrada na preservação da ordem no centro comercial do município e hoje possuindo uma interlocução mais próxima com a população em toda a cidade.

# PLANO MUNICIPAL INTEGRADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DE SÃO CARLOS

**Prefeitura Municipal de São Carlos**



Dentre as experiências brasileiras de gestão da segurança pública, o Plano Municipal Integrado de Segurança Pública de São Carlos se destaca, sobretudo, pela sua continuidade.

Localizada a 230 quilômetros da capital do estado de São Paulo, a cidade em 2001 registrava índices preocupantes de criminalidade e violência. Diante desse cenário, o município adotou um conjunto integrado de ações cujo objetivo era articular as políticas de combate à violência, buscando otimizar os recursos para prevenir e reprimir a criminalidade, contando para isso com o envolvimento da comunidade.

O Plano foi realizado em parceria com o Poder Judiciário, a Polícia Militar, a Polícia Civil, o Conselho Comunitário de Segurança, a Universidade de São Paulo, a Universidade Federal de São Carlos, o Corpo de Bombeiros, o Poder Legislativo, o Ministério Público e a Sociedade Civil. No projeto, parte-se do pressuposto de que o conceito de segurança cidadã extrapola os limites da repressão policial e do combate imediato à criminalidade, atuando em um patamar superior que congrega ações que trabalham nas causas geradoras da violência.

Dentre as ações do Plano, é possível destacar:

- a) A criação da Guarda Municipal;
- b) A adoção de medidas urbanísticas de aumento da segurança, como a ampliação e a modernização da iluminação pública (Programa Reluz) e a recuperação da região central da cidade pela ocupação de edifícios e áreas degradadas;
- c) A criação do Conselho Municipal de Segurança Pública.

Os resultados são sensíveis. Em quatro anos a taxa de homicídios no município caiu de 11 (por cada 100 mil habitantes) para 7,5. Os delitos graves cometidos por adolescentes caíram de 156 para 87 e os jovens internados em medidas sócio-educativas foram reduzidos de 30 para 3. Além disso, o investimento nos espaços urbanos também contribuiu não apenas para aumentar o sentimento de segurança da população, mas sobretudo para a redução dos delitos que ocorriam nos ambientes degradados. Uma das prioridades do Plano foi instalar 4,5 mil novos pontos de iluminação e trocar as 9 mil lâmpadas de vapor de mercúrio por sucedâneas de vapor de sódio, que geraram uma economia de 50% no custo de energia.

Em 2005 o Plano recebeu o Prêmio Gestão Pública e Cidadania, concedido pela Fundação Getúlio Vargas, ficando entre as cinco melhores iniciativas de gestão pública do país.

Prefeitura Municipal de São Carlos  
Secretaria Municipal de Governo  
Rua Episcopal, 1575  
São Carlos – SP  
CEP 13560-905  
Tel.: (16) 3362-1030  
www.saocarlos.sp.gov.br

# POLÍTICA DE PREVENÇÃO SOCIAL À CRIMINALIDADE – FICA VIVO, MEDIAÇÃO DE CONFLITOS, CENTRAL DE PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS E REINTEGRAÇÃO SOCIAL DE ÉGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL

**Superintendência de Prevenção à Criminalidade da Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais**

Superintendência de Prevenção Social à Criminalidade  
Secretaria de Estado de Defesa Social  
Rua Rio de Janeiro, 471 – 23º andar  
Belo Horizonte – MG  
CEP: 31160-040  
Tel.: (31) 2129-9623  
www.seds.mg.gov.br



A Política de Prevenção Social à Criminalidade, desenvolvida desde 2002 pela Superintendência de Prevenção à Criminalidade é uma experiência que merece atenção. Executada pelo governo estadual, visa gerar respostas ao aumento dos índices de criminalidade violenta através do desenvolvimento de uma política pública que aprimora o tradicional modelo repressivo e o articula a ações de prevenção social à criminalidade.

Percebendo a violência e a criminalidade como fenômenos multicausais, buscou-se desenvolver programas e projetos que criassem um contexto favorável para redução dos índices de criminalidade e promoção de uma política pública de segurança cidadã.

O programa de controle de homicídios – Fica Vivo (voltado para jovens 12 a 24 anos em situação de risco social e residentes nas áreas com maior índices de homicídios do Estado) e o programa de Mediação de Conflitos formam a política de base local, desenvolvida em áreas que vivenciam de forma marcante a criminalidade e violência.

As ações de repressão são também qualificadas através das ações do Grupo Especializado em Policiamento em Áreas de Risco (GEPAR), que está presente em todas as localidades atendidas pelo Fica Vivo e pelo Mediação de Conflitos.

O programa Mediação de Conflitos visa desenvolver ações de articulação comunitária através do envolvimento dos indivíduos, famílias e instituições locais, no intuito de prevenir conflitos potenciais ou concretos, evitando que estes se desdobrem em ações violentas e/ou delituosas. O programa CEAPA/MG tem como objetivo o acompanhamento da execução e monitoramento das penas e medidas alternativas no Estado, buscando retomar o caráter educativo da pena.

Já o Programa de Reintegração Social de Egressos do Sistema Prisional PrEsp é um equipamento da política pública de promoção de cidadania e inclusão social de sujeitos egressos do sistema prisional\penal e seus familiares. O trabalho envolve o imaginário social provocando a implicação na transformação da realidade de ações de rede entre os diferentes segmentos da sociedade, no sentido de co-responsabilização em relação a qualificar as condições de inclusão social do sujeito egresso do sistema prisional\penal.

# PÓLOS DA PAZ E PRAÇAS DA PAZ SULAMÉRICA

## Instituto Sou da Paz



**Instituto Sou da Paz**  
Rua Luis Murat, 260. São Paulo-SP.  
CEP: 05436-050  
Tel.: (11) 3812-1333  
Email: [soudapaz@soudapaz.org](mailto:soudapaz@soudapaz.org)  
[www.soudapaz.org](http://www.soudapaz.org)

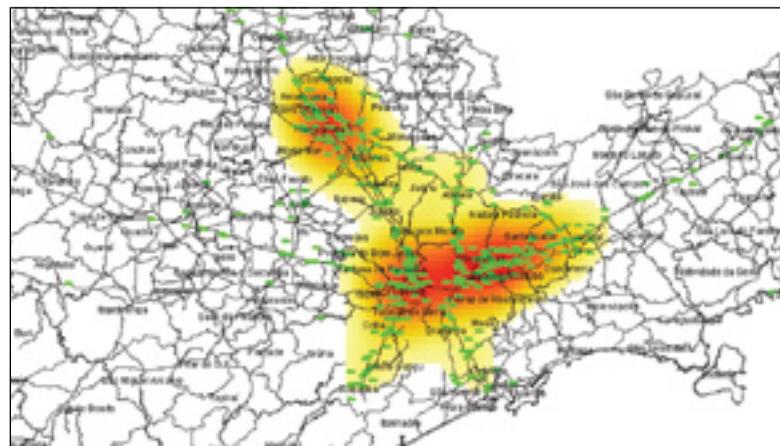
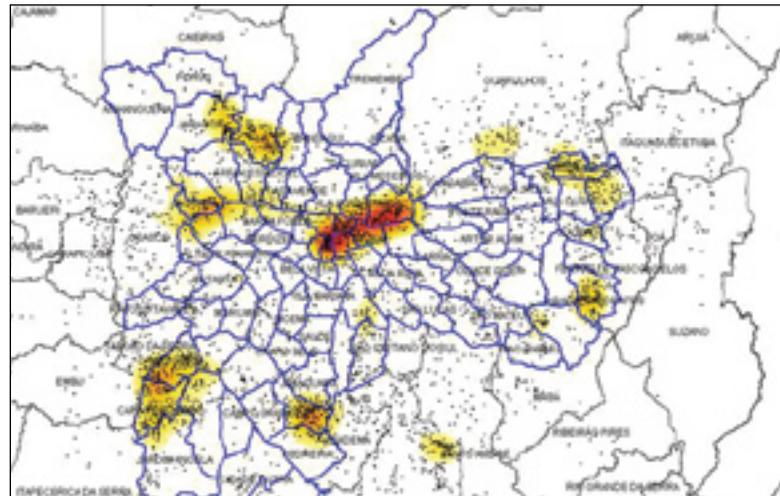
O Projeto Pólos da Paz/Praças da Paz Sulamérica tem como objetivo desenvolver espaços públicos seguros de convivência e participação comunitária em distritos com altos índices de violência na cidade de São Paulo. A idéia é estimular o poder público a construir parcerias com a comunidade local na reforma e promoção de ações sociais nas praças, fomentar a participação dos atores locais nas questões coletivas e contribuir para que os espaços sejam gerenciados com autonomia e responsabilidade.

Seu projeto piloto foi desenvolvido entre 2003 e 2006, em duas praças da zona Sul de São Paulo. Já em 2007, a experiência passou a ser desenvolvida em praças das zonas Leste, Norte e Sul da cidade, precisamente em Lajeado, Brasilândia e Jardim Ângela. A metodologia do Projeto Praças da Paz prevê a mobilização e o envolvimento da comunidade na melhora da estrutura física da praça e na promoção de atividades de ocupação. Para isso, são realizadas atividades de ambiência e mapeamento e assembléias comunitárias, além de oficinas artísticas, esportivas e culturais, as quais contabilizam 2.500 participantes por ano.

Ao promover a revitalização de uma praça com a participação dos moradores, o projeto pretende não só garantir o direito daquela comunidade a um espaço de convivência democrática e segura, como também proporcionar uma vivência intensa de participação, discussão e construção coletiva de soluções para os problemas que afligem aquela localidade. A iniciativa apresenta resultados significativos no que diz respeito à prevenção da violência e aumenta a sensação de segurança dos cidadãos.

# PRODUÇÃO E ANÁLISE DE INFORMAÇÕES SOBRE ROUBO DE CARGA

**Coordenadoria  
de Análise e  
Planejamento  
da Secretaria de  
Segurança Pública  
do Estado de São  
Paulo – CAP/SSP-SP**



O Projeto Produção e Análise de Informações sobre Roubo de Carga foi implantado em 2005 no Estado de São Paulo, tendo como objetivo a produção e manutenção sistemática de informações sobre os crimes envolvendo transporte de cargas, a sua respectiva divulgação para os diversos organismos relacionados ao problema e o incentivo à utilização dos dados para fins de prevenção e controle do crime. De caráter inovador, o projeto preenche uma importante lacuna na gestão de políticas de segurança pública, podendo ter sua metodologia replicada nas demais unidades da Federação, com enfoque em outras categorias criminais.

A experiência é fruto de uma parceria entre a Secretaria de Segurança do Estado de São Paulo e a Federação das Empresas de Transporte de Cargas do Estado de São Paulo (Fetcesp), contando com a articulação entre as Polícias Civil e Militar. Com esse trabalho, pode-se traçar um panorama amplo da problemática e criar uma base de dados unificada e detalhada, que permite obter informações sobre os tipos de carga mais visados, impacto financeiro dos crimes, modo de operação dos criminosos, locais e estradas com maior incidência do crime.

As análises produzidas são constantemente apresentadas em fóruns públicos de discussão e à própria equipe técnica da Coordenadoria de Análise e Planejamento da SSP-SP, de forma a avaliar a aplicabilidade das informações levantadas, fazer ajustes e criar novas variáveis, quando necessário. Entre as ações positivas deste projeto está a criação de um ágil sistema de comunicação entre as diferentes instituições e profissionais, favorecendo a agilização da interceptação dos assaltantes e da chegada da polícia ao local do crime. Também são confeccionadas e distribuídas cartilhas que ajudam os motoristas a criarem hábitos preventivos e os orientam quanto ao acionamento de forças de segurança.

Coordenadoria de Análise e  
Planejamento da Secretaria de  
Segurança Pública do Estado de São  
Paulo – CAP/SSP-SP  
Rua Libero Badaró, 39 – Sé.  
São Paulo – SP  
CEP: 01009-000  
Tel.: (11) 3291-6720  
www.ssp.sp.gov.br

# PROGRAMA CIDADANIA E PAZ NAS ESCOLAS

## Secretaria de Estado da Segurança Pública de Sergipe



É um programa estratégico de sensibilização, conscientização e de prevenção dos diversos tipos de violências, por meio da mobilização de representantes da comunidade escolar, das instituições de segurança pública e da sociedade civil organizada.

Esse Programa tem o objetivo de estimular nas escolas estaduais uma cultura de paz, o respeito mútuo e a preservação do patrimônio material e imaterial do ambiente escolar. É desenvolvido desde 2008 em três Unidades de Ensino em áreas de grande incidência de violência de Aracaju (SE). Através do Projeto de Segurança Escolar, uma equipe multidisciplinar permanente orienta a escola na elaboração de um projeto, de modo que permita diagnosticar e traçar estratégias de intervenção e de prevenção da violência de cada escola, no que diz respeito à segurança e o enfrentamento das violências. Cada escola possui um Grupo Permanente da Comunidade Escolar que é composto de, no mínimo, um representante de cada segmento da Escola; um Grupo Multidisciplinar do Programa (GMP), do Departamento Regional de Educação, podendo participar também outros representantes da sociedade civil organizada.

O Grupo Permanente de Alunos é composto de, no mínimo, dois alunos de cada modalidade de ensino e de cada turno da Escola, de representantes dos Professores, da Equipe Gestora e do GMP. A atuação do Programa considera todo período de ano letivo, inclusive as férias e feriados, abrangendo o entorno da escola, bem como, o trajeto entre a escola e a residência dos integrantes da comunidade escolar.

Secretaria de Estado da  
Segurança Pública de Sergipe  
Praça Tobias Barreto, S/N,  
Aracaju – SE  
Tel.: (79) 32165457  
E-mail: pc pazescolas@yahoo.com.br  
www.ssp.se.gov.br

# PROGRAMA COMUNIDADE SEGURA

**Prefeitura  
Municipal de São  
Leopoldo (RS)**



Prefeitura Municipal de  
São Leopoldo  
Secretaria Municipal de Segurança  
Pública  
Rua Independência, 382, Centro –  
São Leopoldo – RS  
CEP 93.010-001  
Tel.: (51) 3566-1612  
Email:  
segpublica@saoleopoldo.rs.gov.br  
www.saoleopoldo.rs.gov.br

O Programa Comunidade Segura tem o objetivo de reduzir a criminalidade e a violência por meio do desenvolvimento de projetos multisetoriais de prevenção, garantindo o acesso da sociedade à gestão da segurança urbana, readequando as funções da Guarda Municipal como agente de cidadania e ampliando a eficiência do sistema de segurança pública local. Ele é realizado desde maio de 2005, nos bairros com maior índice de violência e vulnerabilidade social da cidade de São Leopoldo, no Estado do Rio Grande do Sul.

Seguindo as diretrizes do Sistema Único de Segurança Pública e do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), o programa realiza oficinas de prevenção para jovens e dispõe, nos plantões das delegacias, de um Serviço de Acolhimento às Pessoas Vítimas de Violência, com o trabalho conjunto de policiais e estagiários de Psicologia e Serviço Social. Além de qualificar o atendimento à população, a experiência tem como eixos norteadores a modernização das ferramentas de prevenção da criminalidade, a exemplo do Sistema Integrado de Monitoramento por câmeras de vídeo e a capacitação da Guarda Municipal.

Para realizar policiamento municipal comunitário preventivo, os guardas municipais passaram a agir junto à comunidade e a promover a mediação de conflitos e o respeito aos direitos fundamentais dos cidadãos. Os agentes foram treinados, dentre outras áreas, em gerenciamento de crises; prevenção e repressão à exploração sexual infanto-juvenil; promoção da participação social, diversidade étnica e valorização da cultura local; violência doméstica, de gênero e nas escolas; prevenção ao uso de substâncias psicoativas; planejamento de ações no espaço público e preservação ambiental.

A linha central do Programa 'Comunidade Segura' está ancorada na execução das ações e alcance dos propósitos delineados no Plano Municipal de Segurança Urbana, que foi construído democraticamente, após 18 audiências públicas com a população local e várias reuniões com setores da sociedade civil organizada. O Plano Municipal é a base formal teórica do programa, constituindo-se em um conjunto de medidas que ajudam a tornar a realidade do município participativa, solidária e mais segura. A iniciativa trouxe resultados satisfatórios para os moradores de São Leopoldo, como a diminuição dos índices de roubo e furto qualificado e redução da participação de jovens em atos infracionais.

# PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO E APOIO AO POLICIAL MILITAR (PAAPM)

## Polícia Militar do Estado de São Paulo



Polícia Militar do  
Estado de São Paulo  
Av. Cruzeiro do Sul, 260, 1º andar,  
Canindé  
São Paulo – SP  
CEP 03033-020  
Tel.: (11) 3327-7863 / 7763  
Email: casj@polmil.sp.gov.br  
www.polmil.sp.gov.br

Criado em 2002, o Programa de Acompanhamento e Apoio ao Policial Militar (PAAPM) nasceu a partir da readequação do extinto Programa de Acompanhamento de Policiais Militares envolvidos em Ocorrências de Alto Risco (PROAR), que tinha como proposta inicial acompanhar, avaliar e assistir os policiais militares envolvidos em ocorrências de alto risco.

Hoje tem como objetivo dar atenção à saúde mental dos policiais militares, sejam aqueles acometidos de estresse pós-trauma, sejam aqueles que, por alguma razão, apresentam dificuldades de relacionamento interpessoal ou de adaptação ao serviço. Assim, as avaliações psicológicas passaram a abranger tanto os casos de envolvimento em ocorrências de natureza policial, como confrontos armados (independente do resultado morte ou não), disparo de arma de fogo, acidente de trânsito com vítima, como àqueles acometidos por dificuldades emocionais.

O Programa é desenvolvido pela Diretoria de Pessoal da Polícia Militar do Estado de São Paulo, por meio do Centro de Assistência Social e Jurídica (CASJ) (no âmbito da Capital e Região Metropolitana) e, no interior, por meio dos respectivos Comandos de Policiamento do Interior.

A metodologia do PAAPM adota, em uma de suas fases, a realização de um estágio de aprimoramento profissional, cuja programação prevê atividades durante 17 dias, contemplando uma série de disciplinas voltadas para o favorecimento de uma melhor qualidade de vida para este profissional. Além disso, os participantes do PAAPM têm a oportunidade de realizar atividades que favorecem a aproximação com a cultura e, principalmente, com a sociedade.

Tais atividades são realizadas com a colaboração do Museu de Artes de São Paulo (MASP) e da Pinacoteca do Estado. Além disso, os policiais militares também participam de uma caminhada pelo Parque Estadual da Cantareira, onde também recebem orientações sobre questões ligadas à preservação do meio-ambiente.

Para o desenvolvimento do PAAPM, o Centro de Assistência Social e Jurídica conta com uma estrutura formada por dois oficiais, ambos formados em psicologia, e uma equipe de 11 (onze) psicólogos. A estimativa de custo para o funcionamento do PAAPM é de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) ao ano.

# PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRAL AO PACIENTE JUDICIÁRIO PORTADOR DE SOFRIMENTO MENTAL INFRATOR (PAI-PJ)

**Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJ – MG)**



O Programa foi criado através de uma parceria entre a rede de saúde mental de Belo Horizonte e o Poder Judiciário de Minas Gerais, com o objetivo de garantir o acompanhamento integral ao portador de sofrimento mental em todas as fases do processo criminal, por meio do acesso aos serviços da rede pública e de parceiros, [para tratar seu sofrimento mental RETIRAR], promover sua reintegração familiar e inserção social. O PAI-PJ fornece subsídios ao sistema jurídico, no âmbito dos processos criminais da Comarca de Belo Horizonte – MG e do interior do Estado, possibilitando a aplicação individualizada da medida de segurança para que a execução da sentença possa se dar de forma mais cidadã e digna, considerando os pacientes como sujeitos de direitos e capazes de responder por seus atos.

Desde sua implantação, em 2000, 755 casos foram acolhidos pelo programa, recebendo tratamento adequado ao sofrimento mental, buscando sua inserção na sociedade até cessar suas relações com a justiça. Desse total, 489 casos já foram desligados. Atualmente, 266 casos encontram-se em acompanhamento por uma equipe interdisciplinar, e destes, 210 encontram-se em liberdade realizando tratamento nos dispositivos substitutivos ao manicômio e residem junto aos familiares ou em residências terapêuticas do município.

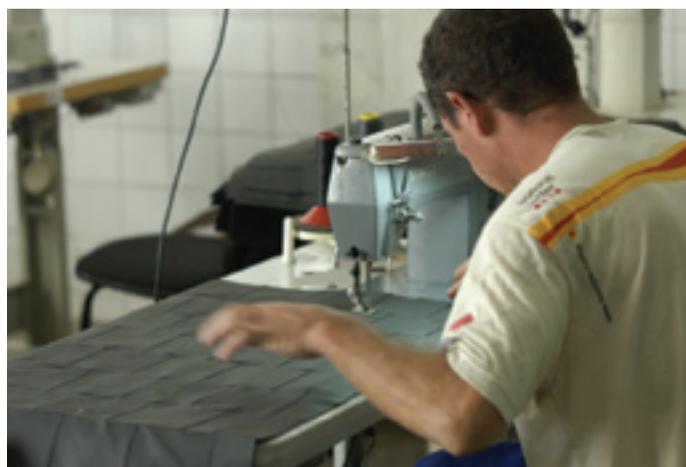
Dos casos sentenciados acompanhados pelo programa, apenas 25 possuem medida de segurança de internação, 87 casos cumprem medida de segurança ambulatorial e 14 casos já se encontram em liberação condicional da medida de segurança. A equipe do Programa também atende 77 casos que ainda não receberam sentença judicial, mas já se encontram inseridos na rede de saúde mental. Nesse período, não foi registrada nenhuma reincidência em crimes graves contra a pessoa, como homicídios, tentativa de homicídio, latrocínio. O Programa conta com uma variedade de publicações na mídia, bem como, com produções científicas realizadas sobre a experiência na Casa PAI-PJ.

Tribunal de Justiça de Minas Gerais  
Casa PAI – PJ  
Rua Guajajaras, 1934 – Barro Preto –  
Belo Horizonte, MG  
Tel.: (31) 3295-5692  
E-mail: paipj@tjmg.jus.br  
[www.tjmg.jus.br/corregedoria/pai\\_pj/definicao.html](http://www.tjmg.jus.br/corregedoria/pai_pj/definicao.html)



# PROGRAMA DE PAGAMENTO DO PRESO TRABALHADOR

**Secretaria de Estado da Justiça do Espírito Santo (SEJUS)**



Esse programa surgiu da necessidade de adequar os pagamentos dos trabalhadores presos às suas reais necessidades e de forma a atender o que preceitua a Lei de Execução Penal (Lei nº. 7.210/84). O Programa de Pagamento do Preso Trabalhador é um sistema desenvolvido em parceria entre a Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ), Secretaria de Estado da Justiça do Espírito Santo (SEJUS) e o Banco do Estado do Espírito Santo (BANESTES).

O Programa tem como objetivo principal auxiliar e dar mais rapidez aos processos de pagamentos dos internos do Sistema Prisional, gerando maior controle, transparência, segurança, dignidade e educação na administração dos recursos oriundos do trabalho prisional.

Foi desenvolvido um software de pagamento que permitiu gerenciar todos os recursos decorrentes dos serviços prestados às Unidades Prisionais através de convênio com empresas e da realização de projetos com outros órgãos estaduais e federais. A articulação entre as instituições parceiras possibilitou a operacionalização do pagamento por meio de Documento Único de Arrecadação (DUA), a padronização de abertura de conta de forma diferenciada para os presos que não possuem documentação completa e a produção dos cartões para o preso e o beneficiário.

Dentre os resultados atingidos, destaca-se: a diminuição da circulação de dinheiro dentro das unidades prisionais do Estado; a eliminação de custos com escolta para os responsáveis pelo transporte dos respectivos valores; a realização dos pagamentos de forma mais segura e ágil; o cumprimento do que preceitua a Lei de Execução Penal quanto a divisão da remuneração; a abertura de conta bancária para cada preso cadastrado, podendo indicar um beneficiário; transparência e controle dos pagamentos, bem como a ampliação dos mecanismos de cidadania dos presos.

Secretaria de Estado da Justiça do Espírito Santo – SEJUS  
Av. Governador Bley, 236 – Ed. Fábio Ruschi – 9º Andar – Centro, Vitória – ES  
Tel.: (27) 3132-2174, 3132-1815/7381  
E-mail: diresp@sejus.es.gov.br  
www.sejus.es.gov.br

## PROGRAMA JOVEM DE EXPRESSÃO

### Grupo Cultural Azulim e Grupo CAIXA SEGUROS



**Grupo Cultural Azulim**  
Área Residencial 09, conjunto 05 casa 48,  
Sobradinho II – DF  
Tel.: (61) 34853912  
E-mail: grupoazulim@hotmail.com e  
jovemexpressão@caixaseguros.com.br

Programa desenvolvido pelo Grupo Cultural Azulim, em parceria com o Grupo CAIXA SEGUROS, o Movimento Integrado de Saúde Comunitária do Distrito Federal (MISMEC-DF) e a John Snow Brasil Consultoria. Esse Programa aplica metodologias inovadoras que aliam arte, comunicação e terapia comunitária, cujo objetivo é reduzir as taxas de mortalidade por violência na faixa etária entre 18 e 24 anos.

Atende a 300 jovens nas cidades da periferia do Distrito Federal. Os rapazes e moças que ingressam no programa são atraídos pelas oficinas de cultura e comunicação: música, dança, artes plásticas, audiovisual, web design, fotografia, produção de eventos e capoeira. Ainda são realizadas capacitações em empreendedorismo no mercado cultural, especialmente de serviços e produtos de eventos. Uma das estratégias é uma agenda cultural, realizada durante todo o ano nos espaços públicos das cidades, com uma linguagem de grande alcance e adesão do jovem.

Esse conjunto de atividades é chamado de Expressão Jovem e une ações desenvolvidas por organizações comunitárias para promover a participação e o engajamento dos jovens. Conta com grande esforço de mobilização social, de integração das redes sociais locais e de proteção e de acesso aos direitos sociais: saúde, educação e cultura. Os jovens integrados nesses grupos também contam com um espaço para partilhar problemas, angústias e conflitos pessoais com apoio de terapeutas comunitários, que utilizam uma metodologia chamada Fala Jovem.

Outra ferramenta importante é a Revista Expressão Jovem que aborda assuntos sobre a saúde física e mental deste público, por meio de uma linguagem esclarecedora, simples e atraente. A Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) validou essa metodologia de trabalho, enviando-a para sua oficina de projetos de prevenção à violência, sediada em Washington.

# PROGRAMA PÉTALA REDE REGIONAL DE ATENÇÃO INTEGRAL À PESSOA EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA SEXUAL

**Delegacia Seccional  
de Polícia Civil  
de Assis, Hospital  
Regional de Assis (SP)  
e Secretarias de Saúde  
e Segurança Pública  
de São Paulo**



**Delegacia Seccional de Polícia Civil de Assis**  
Rua Floriano Peixoto, 41 - Assis - SP  
CEP 19.800-010  
Tel.: (18) 3302-9255  
[www.policiacivil.sp.gov.br](http://www.policiacivil.sp.gov.br)

**Hospital Regional de Assis – CSS-SES-SP**  
Praça Dr. Simphrônio Alves dos Santos S/N –  
Centro – Assis – SP  
CEP 19.800-000  
Tel.: (18) 3302-6002  
[www.hra.famema.br](http://www.hra.famema.br)

Com o objetivo de prevenir e tratar as conseqüências decorrentes do abuso sexual e criar mecanismos de proteção e redução da vulnerabilidade familiar, o Programa Pétala tem se destacado nas ações de atendimento multidisciplinar de saúde a mulheres, homens, crianças e adolescentes em situação de violência sexual. O Programa atua desde 2006, com sede no Hospital Regional de Assis (SP) e articula uma rede de acolhimento que envolve atores sociais governamentais e não-governamentais em 25 municípios das regiões de Assis e Ourinhos, no Estado de São Paulo.

A iniciativa oferece assistência médica, social, psicológica e jurídica às vítimas de violência sexual, além de desenvolver pesquisas sobre a temática e realizar cursos de capacitação, oficinas de sensibilização e palestras com profissionais da área da saúde e da segurança pública. Os princípios do Programa estão pautados na compreensão da violência sexual como uma questão de saúde pública, buscando contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas de prevenção e intervenção.

O Programa Pétala possibilitou a construção de um protocolo de atendimento à vítima de violência sexual, baseado em ações integradas entre os diversos setores públicos. A Secretaria de Saúde promove treinamentos e disponibiliza, 24 horas, uma equipe formada por assistentes sociais, psicólogos, psiquiatras, infectologista, ginecologista e enfermeiros. Já a Secretaria de Segurança Pública dá apoio logístico e orienta o atendimento por parte da polícia e da perícia médico-legal, cooperando no enfrentamento do fenômeno e evitando a revitimização.

# PROGRAMA REDE CIDADÃ INTEGRAÇÃO, INCLUSÃO E CIDADANIA

**Secretaria de Estado  
de Justiça e Segurança  
Pública de Mato Grosso**



É um programa de prevenção em segurança pública com foco na pessoa, visando à redução da violência e da criminalidade. Iniciado em 2005 pelo governo estadual, recebeu apoio do governo federal a partir de 2007, contando com uma rede de parceiros que assinaram um Protocolo de Adesão.

Funciona nos territórios compreendidos pelas Bases Comunitárias de Segurança Pública dos Bairros: Pedra 90, São João Del Rey, Ribeirão do Lipa, Planalto, Pedregal e Araés. O programa conta com uma equipe formada por profissionais de Psicologia, Serviço Social, Pedagogia e Administração de Empresa para atender crianças, adolescentes, jovens que se encontram em situação de vulnerabilidade social, decorrentes do cumprimento de medidas socioeducativas e da exposição à violência, bem como à suas famílias, que recebem acompanhamento psicossocial e pedagógico.

As crianças e adolescentes são encaminhadas por Escolas, Polícia Militar, Conselhos Tutelares, Juizado da Infância e Adolescência da Vara Infracional para inserção em atividades que são realizadas pelos núcleos psicossocial, comunitário, de esporte e lazer, pedagógico, cultural, de capacitação, administrativo e escolar do Programa Rede Cidadã. O Programa oferece atividades como reuniões comunitárias; visitas domiciliares; acompanhamento psicopedagógico; inserção em atividades esportivas, culturais e de capacitação e feiras culturais.

A Rede Cidadã também está realizando o curso “Aprender para transformar – capacitação de agentes para mudanças e transformações”, no qual os participantes irão atuar dentro de suas comunidades com atividades recreativas e sociais junto à crianças, adolescentes e jovens, visando a construção de uma cultura de paz e o desenvolvimento humano. O Programa obtém a aceitação dos adolescentes, jovens e famílias, observando-se o aumento da demanda espontânea pelas atividades oferecidas.

Secretaria de Estado de Justiça e  
Segurança Pública de Mato Grosso  
Centro Político Administrativo,  
Transversal II, Bloco B, 3º pavimento,  
Cuiabá – MT  
Tel.: (65) 36135533

# REDE BRASILEIRA DE POLICIAIS E SOCIEDADE CIVIL

## Viva Rio



Viva Rio  
Rua do Russel, 76 – Glória Rio de  
Janeiro – RJ  
Telefone: (21) 2555-3777  
[www.vivario.org.br](http://www.vivario.org.br)

Inspirada na Rede de Policiais e Sociedade Civil da América Latina – que congrega policiais e instituições da sociedade civil de dez países, a proposta da Rede Brasileira de Policiais e Sociedade Civil (RPS Brasil) é aprofundar entre policiais e representantes de instituições da sociedade civil, o debate sobre a modernização policial e a difusão entre os saberes e as práticas inovadoras associadas à temática da segurança pública, principalmente àquelas que apresentam um baixo nível de apoio e capilaridade institucional.

A RPS Brasil foi criada em 2008 por iniciativa do Viva Rio, contando hoje com a parceria do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a ONG Guayí, o Núcleo de Pesquisa NEPS – UFPE e colaboradores da Universidade do Pará e a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas. Tem como um dos objetivos prioritários a organização e sistematização de conhecimentos e experiências no campo da segurança pública que foram ou que estão sendo produzidas para além do eixo Sul-Sudeste, promovendo a troca de experiências bem como incentivando uma reflexão crítica sobre a reforma das instituições policiais no Brasil, articulando policiais envolvidos nestes processos de mudança institucional bem como organizações da sociedade civil dedicadas ao tema.

Para se participar da Rede, a coordenação executiva da RPS Brasil realiza anualmente um Workshop, cujos participantes são selecionados através de um Edital. Policiais civis, militares, federais, peritos criminais, bombeiros e guardas municipais podem se candidatar. O candidato deve apresentar uma experiência inovadora (através de um estudo de caso), estar em níveis hierárquicos intermediários, ter exercido ou exercer cargos ou função operacional de chefia e comando, e estar na ativa em sua instituição.

Em 2008 a RPS Brasil recebeu 475 inscrições de todo o Brasil e selecionou 12 participantes para a participação do Workshop “RPS Brasil: Práticas e saberes policiais”. A principal ferramenta de comunicação da Rede é seu site na internet, que reúne materiais didáticos, artigos e publicações em geral. Os estudos de caso das experiências apresentadas foram publicados na Série Práticas e Saberes Policiais. Mensalmente são realizados chats, cujo objetivo é debater sobre temas relevantes e comuns aos membros da Rede.

# REDE DE PROMOÇÃO DE AMBIENTES SEGUROS (REPAS) BATALHÃO PARTICIPATIVO

## 10º Batalhão de Polícia Militar do Espírito Santo e Prefeitura Municipal de Guarapari



É uma política adotada pela unidade policial em conjunto com a Prefeitura do Município de Guarapari (ES) para implementação do “Batalhão Participativo” com o objetivo de adotar métodos de gestão participativa operacional técnico-científicos, a partir da elaboração de um diagnóstico do ambiente interno e externo da cidade com a cooperação efetiva dos policiais.

A criação da REPAS teve esse diagnóstico como marco inicial do trabalho dos policiais militares para fazer frente às demandas tanto da própria instituição quanto da comunidade, visto que o balneário de Guarapari era a região mais afetada pela criminalidade. Juntamente com as questões internas, foi diagnosticado que muitos dos problemas da criminalidade são situações de complexidade relacionadas a gestão pública municipal.

Nessa perspectiva, o Comando do 10º Batalhão fomentou a participação do público interno e externo na cooperação e solução dos problemas identificados no balneário e criaram ferramentas democráticas de gestão com apoio dos parceiros: Prefeitura Municipal de Guarapari e o site popular “Guarapari Virtual”.

O Comando do “Batalhão Participativo” realiza reuniões com diversas representações sociais e da administração pública para propor soluções nas questões relacionadas à segurança pública e social do município. Essa rede é autosustentável, constituída por meio de parcerias com a iniciativa privada e o poder público municipal, além da participação social de moradores, que gerou maior celeridade na realização de ações conjuntas, promovendo o devido equilíbrio para obtenção de resultados mais satisfatórios à sociedade.

Dentre os resultados atingidos, verificou-se a diminuição dos principais crimes e elevação do sentimento de segurança da comunidade.

10º Batalhão de Polícia Militar  
Rodovia do Sol, s/nº Bairro Aeroporto  
Guarapari – ES  
Telefone: (27) 3361-3377  
coordenadoria.interativa@pm.es.gov.br  
www.guarapari.es.gov.br/repas

# PROJETO SEGURANÇA CIDADÃ GUAMÁ TERRA FIRME (BELÉM-PARÁ)

**Secretaria  
de Estado de  
Segurança Pública  
do Pará**



Secretaria de Estado de Segurança  
Pública do Pará  
Rua Arcipreste Manoel Teodoro (Batista  
Campos) – Belém – PA  
CEP 66.023-700  
Tel.: (91) 3184-2500  
Email: segup.pa@gmail.com  
www.segup.pa.gov.br

O Projeto Segurança Cidadã – Guamá – Terra Firme nasceu da constatação de que estes Bairros, de alta vulnerabilidade social, estavam dentre os mais violentos da cidade de Belém (PA) com altas taxas de criminalidade e com forte participação de jovens nos delitos registrados.

Diante deste contexto, o Governo do Estado através da Secretaria de Segurança Pública, elaborou o Projeto Segurança Cidadã, equipando e capacitando a Base comunitária Guamá –Terra Firme para o enfrentamento da problemática da Criminalidade, através de ações integradas com outras Secretarias Estaduais, entidades não governamentais e a comunidade em geral visando proporcionar e estimular a interação com o Sistema de Segurança Pública.

A execução do Projeto conta com forte participação social e devido a incidência significativa dos jovens atendidos pelo Projeto em delitos, as atividades são focalizadas em escolas, Centros Comunitários, associações de moradores, associações religiosas, grêmios estudantis e entidades envolvidas no trabalho de prevenção da criminalidade e violência.

Atuam na Base Comunitária Policiais Civis e Militares, além de lideranças dos bairros que contam com perfil adequado à proposta de Policiamento Comunitário.

O Projeto atende um público específico (Infanto-Juvenil) vitimado por essa realidade social adversa, atuando na prevenção e na redução do uso de drogas, à violência e o cometimento de pequenos delitos; educação para trânsito, educação ambiental e cidadania; prevenção de acidentes domésticos, com ações nas escolas; capacitação dos agentes de segurança pública e dos agentes comunitários como Promotores de Polícia Comunitária, construção de Conselhos Comunitários de Segurança, além do Policiamento Ostensivo, bem como o atendimento ao público direcionando-o aos órgãos competentes às demandas solicitadas.

# PROJETO SEGURANÇA PÚBLICA: COMPROMISSO DE TODOS

**Prefeitura  
Municipal de  
Balneário Pinhal  
(RS)**



O Projeto Segurança Pública: Compromisso de Todos é desenvolvido desde 2008 na cidade de Balneário Pinhal, localizada no Litoral Norte do Rio Grande do Sul. É fruto da preocupação da gestão pública municipal diante do aumento dos índices de criminalidade e do entendimento de que o município pode e deve cumprir um papel importante na prevenção da violência, ainda que se reconheçam as competências do Estado e da União.

Assim, na direção da construção de uma política municipal de segurança pública, foi criada a Secretaria Municipal de Segurança Pública e buscou-se a parceria para estruturação de uma Rede Municipal de Apoio em prol da Segurança Pública, com implementação do Conselho Municipal de Segurança Pública, bem como a criação do Fundo Municipal de Segurança Pública.

O Projeto Segurança Pública: Compromisso de Todos foi viabilizado através do apoio financeiro da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP/MJ) e destacou-se, sobretudo, pelas ações de estruturação do Conselho Municipal de Segurança Pública do Balneário e da realização de oficinas de capacitação com jovens da cidade.

Uma delas foi a oficina de fotografia oferecida para 60 jovens de 14 aos 18 anos. O projeto inovou espalhando pela cidade placas e banners produzidos a partir das fotos e das mensagens elaboradas pelos alunos das oficinas, salientando a beleza das paisagens e a sensibilidade dos jovens.

Prefeitura Municipal de  
Balneário Pinhal  
Av. Itália, 3100 – Balneário Pinhal – RS  
CEP: 95599-000  
Tel.: (51) 3682-4145  
[www.balneariopinhal.rs.gov.br](http://www.balneariopinhal.rs.gov.br)



# SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIOS (SIGPI)

## 5º Comando Regional de Bombeiros do Rio Grande do Sul



O Sistema Integrado de Gestão de Prevenção Contra Incêndios (SIGPI) foi criado em 2006 na região nordeste do Rio Grande do Sul, que abrange 47 municípios e atualmente é usado em todo o Estado. Ele surgiu como medida de gestão e desburocratização diante da percepção que menos de 40% das edificações do Estado possuíam o alvará do Corpo de Bombeiros. A solução foi reduzir o tempo gasto no processo de inspeção das edificações, digitalizando informações técnicas e propiciando uma melhoria no nível de domínio técnico das ferramentas de informática por parte das unidades operacionais.

O SIGPI é um software desenvolvido para atender exclusivamente as necessidades do Corpo de Bombeiros, sendo concebido para simplificar o processo administrativo e homogeneizar as infra-estruturas de tecnologia da informação. Trata-se de uma ferramenta múltipla institucional de controle e gestão de prevenção de incêndios, que permite a padronização de procedimentos e normas, auto-correção e atualização de dados em tempo real para todo o Estado. Com o novo sistema, é possível mensurar a evolução da atividade e da produtividade, além de obter informações técnicas, geoespaciais, construtivas e históricas das edificações, através de planilhas e gráficos.

Dentre os principais resultados da experiência estão o aumento de 2.296% do número de inspeções. Enquanto que em 2005 os bombeiros fizeram 695 inspeções in loco, em 2008 esse índice chegou a 15.985. No que diz respeito à emissão de alvarás de prevenção contra incêndios, os indicadores demonstram um crescimento de 1.921%, quando comparados os dados de 2005 e 2008. A quantidade de emissões de alvarás subiu de 560 para 10.768.

5º Comando Regional de Bombeiros  
Av. Vinte de Setembro  
nº 2533, Centro, Caxias do Sul – RS  
CEP 95.020-450  
Tel.: (54) 3223-6555  
Email: crb5@brigadamilitar.rs.gov.br  
www.bombeirosdecaxias.com.br



# SISTEMAS MÓVEIS

## Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF)



Departamento de  
Polícia Rodoviária Federal  
Endereço: W3 NORTE SEP 506 -  
BLOCO C - PROJEÇÃO 8 -  
ASA NORTE - BRASÍLIA - DF  
CEP 70740-530  
Tel.: (61) 3448.7802  
Email: dimot@dprf.gov.br  
www.dprf.gov.br



O Projeto 'Sistemas Móveis', da Polícia Rodoviária Federal, foi implantado para dar mais agilidade aos processos de consulta de dados sobre veículos e condutores e permitir maior precisão às notificações de autuações. A experiência garante aos agentes o acesso em tempo real a informações integradas sobre inquéritos, processos ou mandados de prisão. De forma online e em nível nacional, o sistema permite a fiscalização ao longo da rodovia e trazendo mais segurança nas abordagens e reduzindo o número erros nas notificações.

O sistema foi desenvolvido por policiais, de forma que o programa atendesse plenamente às necessidades do serviço. Dentre as metas do projeto estão o de permitir o melhor planejamento de operações específicas, a avaliação detalhada de cada policial e a centralização das informações operacionais, além de possibilitar que envolvidos em acidentes de trânsito tenham acesso ao boletim de acidente assim que cheguem a seus destinos.

Segundo dados da Polícia Rodoviária Federal, o 'Sistemas Móveis' possibilitou a redução do número de acidentes. Se comparados os dados de 2007 e 2008, observa-se uma queda de 12,7% no índice de acidentes por ultrapassagem indevida. No primeiro semestre de 2009, a iniciativa do DPRF arrecadou cerca de R\$ 39 milhões em autuações, o que representa um incremento de R\$ 30 milhões, se confrontado ao resultado de outros meios de autuação, como o talão impresso e o eletrônico via computador.

# TEATRO DE FANTOCHES DA GUARDA MUNICIPAL DE CURITIBA

## Guarda Municipal de Curitiba



O Teatro de Fantoches da Guarda Municipal iniciou em 1990, quando as crianças de algumas escolas visitavam o Centro da cidade de Curitiba para conhecerem os prédios tombados pelo Patrimônio Histórico Cultural da cidade, através do Projeto Linha do Pinhão. A visita encerrava-se na sede da Guarda Municipal, com apresentação de uma peça com apenas dois personagens: o Guarda (ainda sem nome na época) e o menino Leleca, que eram manipulados por dois Guardas Municipais atrás de uma cortina branca que servia de palco.

Esta foi a forma que a equipe da Divisão de Instrução da Guarda Municipal de Curitiba encontrou para demonstrar as funções da corporação para os alunos da rede pública municipal de ensino. Percebeu-se que utilizando a linguagem lúdica e divertida do teatro de fantoches, os alunos demonstravam grande interesse na informação e interagem com os personagens. Este trabalho, finalizado em 1994, ressurgiu em 1997 e a partir daí esta estratégia de trabalho vem sendo utilizada para abordar os mais variados temas de saúde e segurança.

O Teatro de Fantoches da Guarda Municipal tornou-se uma das principais atividades no âmbito da prevenção, com o objetivo de educar, conscientizar e minimizar a violência, promovendo a paz.

Sua estratégia de atuação é a apresentação das peças para crianças, em especial das redes públicas de ensino, com temas variados, tais como: combate à violência, higiene pessoal, trânsito, desarmamento infantil, educação ambiental e peças direcionadas a datas comemorativas.

O teatro é uma linguagem poderosa, com alto poder de síntese, rica em possibilidades estéticas e capaz de proporcionar impacto múltiplo e diversificado. Por isso tem sido um instrumento eficaz para transmitir mensagens educativas.

Além das escolas públicas, tem havido grande procura também da iniciativa privada, dos diversos órgãos da Prefeitura Municipal de Curitiba e dos municípios da Região Metropolitana para utilização dos bonecos a fim de melhor difundir as experiências e atividades.

Somente no ano de 2008 as peças foram assistidas por 108.034 pessoas em 430 apresentações realizadas nas instituições públicas e privadas do município de Curitiba e da Região Metropolitana.

Prefeitura Municipal de Curitiba  
Av. Cândido de Abreu, n. 817 – Centro  
Cívico – Curitiba – PR  
CEP 80.530-908  
Tel.: (41) 3350-3614  
[www.curitiba.pr.gov.br](http://www.curitiba.pr.gov.br)

## EXPEDIENTE

### 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública

#### COORDENAÇÃO EXECUTIVA

Coordenadora Geral: Regina Miki

Secretária Executiva: Fernanda dos Anjos

Secretária Executiva Adjunta: Mariana Carvalho

Coordenadora de Capacitação: Beatriz Cruz

Coordenador de Comunicação: Marcelo de Paiva

Coordenador de Infraestrutura: Antonio Gianichini

Coordenadora de Estrutura e Logística: Anelize Schuler

Coordenador de Metodologia: Fábio Deboni

Coordenador de Mobilização: Guilherme Leonardi

Coordenador de Projetos Especiais: Fernando Antunes

Assessora Especial da Coordenação Executiva: Luciane Patrício

Assessora de Assuntos do Sistema Penitenciário: Márcia de Alencar

#### EQUIPE

Adriana Faria, Alberto Kopittke, Alessandro Mendes, Alex Dias, Amanda Ayres, Ana Carla Maurício, André Arruda, Ângela Simão, Atahualpa Coelho, Cíntia Luz, Clarissa Jokowski, Cláudia Gouveia, Daisy Cordeiro, Daniel Avelino, Daniella Cronemberger, Denis Torres, Élide Miranda, Fernanda Barreto, Flávio Tomas, Gisele Barbieri, Gisele Peres, Heloísa Greco, Henrique Dantas, Leandro Celes, Leidiane Lima, Maria Gabriela Peixoto, Maria Thereza Teixeira, Mariana Levy, Mateus Utzig, Priscilla Oliveira, Rafael Santos, Regina Lopes, Renata Florentino, Rodrigo Xavier, Rosier Custódio, Sady Fauth, Sheila Almeida, Socorro Vasconcelos, Tatiana Rivoire, Thales de Moraes, Verônica dos Anjos, Verônica Lins e Wagner Moura.

Projeto Gráfico / Diagramação: Kátia Ozório [ Artífice Design ]

Assistente de Diagramação: Bia Martau

Tiragem: 5.000 exemplares



FEIRA DE CONHECIMENTO EM  
SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA  
27 a 30 de Agosto de 2009 - Brasília/DF

## CÉDULA DE VOTAÇÃO ESCOLHA POPULAR DA FEIRA

Marque com um X ao lado da sua experiência preferida (apenas uma):

X	NOME	X	NOME
	Ação na Linha		Plano Municipal de Prevenção à Violência de Barra Mansa
	Adequação e Reformulação do Currículo do Curso de Formação de Oficiais Policiais Militares (CFOPM)		Plano Municipal Integrado de Segurança Pública de São Carlos
	Anticrime: A Busca Pela Libertação dentro de Nós Mesmos		Política de Prevenção Social à Criminalidade - Programas Fica Vivo, Mediação de Conflitos, Central de Penas e Medidas Alternativas e Reintegração Social de Egressos do Sistema Prisional
	Comissões Internas de Prevenção de Acidentes e Violência Escolar (CIPAVE)		Pólos da Paz e Praças da Paz Sulamérica
	Conhecer para Prevenir		Produção e Análise de Informações sobre Roubo de Carga
	Costurando a Liberdade		Programa Cidadania e Paz nas Escolas
	Curso de Aprimoramento da Prática Policial Cidadã (CAPPIC)		Programa Comunidade Segura
	Escola Participativa: Construindo Segurança		Programa de Acompanhamento e Apoio ao Policial Militar (PAAPM)
	Gerindo Minha Felicidade		Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário Portador de Sofrimento Mental do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (PAI-PJ)
	Grêmios em Forma – Metodologia de formação de Grêmios Estudantes		Programa de Pagamento do Preso Trabalhador
	Integração das Corregedorias do Sistema de Defesa Social de Minas Gerais		Programa Jovem de Expressão
	JEPOM – Jovens no Exercício do Programa de Orientação Municipal Justiça Cidadã		Programa Pétala – Rede Regional de Atenção Integral à Pessoa em Situação de Violência Sexual
	Justiça para o Século 21 - Instituído Práticas Restaurativas		Programa Rede Cidadã
	Luta Pela Paz		Rede Brasileira de Policiais e Sociedade Civil
	Maria Marias		Rede de promoção de Ambientes Seguros (REPAS) - O Batalhão Participativo
	Mediar		Segurança Cidadã Guamá – Terra Firme (Belém-Pará)
	Multiplicadores de Cidadania para a Paz		Segurança Pública: Compromisso de Todos
	Núcleo de Apoio Multidisciplinar da Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher		Sistema Integrado de Gestão de Prevenção Contra Incêndios (SIGPI)
	Papo de Responsa		Sistemas Móveis
	Patrulha Cidadã – Ação de Enfrentamento à Exploração Sexual Infanto-Juvenil e Tráfico Humano		Teatro de Fantoches da Guarda Municipal



PRONASCI

Ministério da Justiça





# 1ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA



Segurança com cidadania: participe dessa mudança!



**PRONASCI**  
PROGRAMA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA

Ministério  
da Justiça

